

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CAMPUS DE RIO DAS OSTRAS
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR DE RIO DAS OSTRAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

MARJORYE COSTA SOUZA

RIO DAS OSTRAS
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CAMPUS DE RIO DAS OSTRAS
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR DE RIO DAS OSTRAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

MARJORYE COSTA SOUZA

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO VIA TERCEIRIZAÇÃO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Juan Retana Jiménez

Rio das Ostras, RJ

2018

MARJORYE COSTA SOUZA

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO VIA TERCEIRIZAÇÃO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Professor Juan Retana Jiménez
Orientador
Universidade Federal Fluminense – Campus Rio das Ostras

Prof. Dr. Ramiro Dulcich Picolo
Examinador
Universidade Federal Fluminense – Campus de Rio das Ostras

Prof. Dr. Wanderson Fábio de Melo
Examinador
Universidade Federal Fluminense – Campus de Rio das Ostras

Rio das Ostras, RJ

2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BRO

S719p Souza, Marjorye Costa
Precarização do trabalho via terceirização / Marjorye
Costa Souza ; Juan Retana Jiménez, orientador. Rio das
Ostras, 2018.
59 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço
Social)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de
Humanidades e Saúde, Rio das Ostras, 2018.

1. Precarização do trabalho. 2. Trabalho terceirizado. 3.
Terceirização no setor elétrico brasileiro. 4. Produção
intelectual. I. Título II. Retana Jiménez, Juan , orientador.
III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Humanidades
e Saúde. Departamento Interdisciplinar.

CDD -

Dedico o presente trabalho a todas as pessoas incríveis que estiveram presentes e que fizeram parte dessa jornada. Em especial a minha mãe, Rozani e ao meu irmão Lucas, que sempre me apoiaram e me deram suporte para que eu concluísse mais essa etapa da vida adulta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me sustentar nos dias difíceis, por todo acalento em meio a tempestade, por todo o cuidado em colocar em minha vida pessoas incríveis, as quais tornaram a caminhada mais leve e possível.

A minha mãe, Rozani, e o meu irmão Lucas, por serem suporte em meio ao caos, por estarem sempre caminhando lado a lado, não me deixando desistir.

Aos amigos, os de perto e aos de longe, pela paciência, afeto e por toda a troca e compartilhamento de angústias, mas também de felicidades.

Aos amigos que a Universidade Federal Fluminense me presenteou, o meu muito obrigada!

A Andressa Rosa, Christian Martins, Gabrielle Rocha, Millena Reis, Thayani Silva e Luana de Oliveira, por fazerem parte dessa jornada e por me permitirem caminhar juntamente com cada um de vocês.

A Athilane Couto, por toda a troca e empatia nos momentos difíceis e nos momentos de alegrias! Obrigada por fazer parte dessa caminhada tanto no espaço acadêmico quanto no espaço da vida cotidiana.

A Daniella Pires, por todo o companheirismo e empatia ao longo da formação e principalmente nos momentos finais, seu afeto fez toda a diferença!

Ao meu orientado, Juan Retana, o meu obrigada pela paciência, persistência e por fazer parte da materialização desse trabalho.

A minha supervisora de campo de estágio, Ana Cristina, obrigada por ter me recebido de braços abertos, estando sempre pré-disposta a tornar o período de estágio um período de aproximação entre teoria e prática, mas também um período de preparação para o futuro que me aguarda enquanto assistente social. Muita luz em sua jornada!

A Universidade Federal Fluminense e a todos os envolvidos, o meu muito obrigada por serem um divisor de águas em minha vida pessoal e profissional.

A todos os que estiverem presentes em minha vida e contribuíram direta e indiretamente para minha formação profissional e pessoal, sendo parte do processo pelo qual me tornei a pessoa que hoje sou, o meu obrigada, e luz, muita luz a cada um de vocês! Enfim, assistente social!

RESUMO

O presente trabalho realizado através de pesquisa bibliográfica, levanta o debate acerca da precarização do trabalho, sendo a terceirização uma das expressões e formas dessa precarização. Foram pesquisados os impactos da terceirização na vida e na saúde do trabalhador. Para isso foi feito o debate acerca da centralidade do trabalho na vida do homem assim como as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva, com os avanços tecnológicos; as mudanças que ocorrem na forma como a sociedade capitalista passou a ser organizada economicamente, e também no trabalho, através dos avanços do neoliberalismo no Brasil, a partir dos anos 90. O presente trabalho trás estudos e pesquisas acerca da precarização do trabalho, intensificada a partir da terceirização, e índices de acidentes do setor elétrico no Brasil e os impactos da terceirização na vida dos trabalhadores inseridos no setor.

Palavras Chave: Processo de trabalho; trabalho; avanços neoliberais; precarização; terceirização; saúde do trabalhador.

ABSTRACT

The present work carried out through the bibliographical research, raises the debate about the precarization of work, being an outsourcing of the expressions and forms of the precarization. The effects of outsourcing on the life and health of the worker were investigated. For this the done the debate the centrality of work in the life of man also such changes that inherered in the world of work the life of the consumer, with the technologicalical systems; the changes that take place in capitalist society have become an economic option, and also without work, through the advances of neoliberalism in Brazil, from the 90s, from the outsourcing, and the indices of accidents of the electric sector in Brazil.

Keywords: Work process; job; neoliberal advances; precariousness; outsourcing; Worker's health.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1. Reestruturação produtiva, a centralidade e a precarização do trabalho..	14
1.1 A crise do capitalismo e a reestruturação produtiva.....	16
1.2 A centralidade do trabalho na vida do homem.....	25
Capítulo 2. A terceirização como intensificação da precarização do trabalho	32
2.1 A globalização os avanços neoliberais no Brasil.....	35
Capítulo 3. Os impactos da terceirização na vida dos trabalhadores.....	40
3.1 O setor elétrico no Brasil.....	43
Considerações finais.....	55
Referências bibliográficas	57

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, requisito parcial para a conclusão do curso de serviço social da Universidade Federal Fluminense, do campus de Rio das Ostras, foi feito a partir de uma análise bibliográfica e conceitual sobre o processo de trabalho e sua importância na vida do homem inserido na sociedade capitalista, assim como, a terceirização desses processos de trabalho, o qual intensifica a precarização do próprio trabalho com rebatimentos na qualidade de vida dos trabalhadores e na saúde dos mesmos. Para tanto, foi utilizado o exemplo do setor elétrico brasileiro, que a partir da década de 1990, as empresas do setor elétrico passaram a serem inseridas no Programa Nacional de Desestatização (PND), ou seja, no programa neoliberal de privatização das empresas estatais. A privatização, como parte dos avanços neoliberais no Brasil, abriu portas para a intensificação dos contratos de trabalho e da terceirização do trabalho no setor, o que aumentou as condições precárias de trabalho, como a alta rotatividade de trabalhadores, contratos assim como o aumento dos acidentes de trabalho com os trabalhadores terceirizados.

O interesse pelo tema partiu da minha própria vivência no mundo do trabalho, na qual meu vínculo empregatício se concretiza através de contrato de trabalho temporário dentro de uma empresa Estatal. A cada fim de contrato, nova licitação é aberta para que as empresas possam manifestar seu interesse na prestação de serviço, manifestando seu interesse e oferecendo seus valores, que em geral ganham as que apresentam menor custo para a contratante. Esses baixos valores de contrato têm impactos diretos para os trabalhadores contratados. Os impactos estão ligados aos baixos salários assim como na redução de pessoal em relação aos contratos anteriores e a mão de obra necessária. Dessa forma, tanto os trabalhadores que são reaproveitados pelas novas empresas assim como os que não são absorvidos, são submetidos ao processo de flexibilização e precarização do trabalho. De um lado, o exército industrial de reserva, composto pelos trabalhadores desempregados, aumenta, e de outro lado é exigido do trabalhador empregado, multifunções, baixos salários, assédio moral além de condições precárias de trabalho.

Com as transformações do mundo do trabalho a partir da década de 70, onde

o fordismo entra em crise, podendo ela ser interpretada como o esgotamento de tentativas de lidar com a superprodução, conforme Harvey (1993), o capitalismo se reinventa na tentativa de superação e o mercado de trabalho passa a buscar cada vez mais profissionais que sejam multifuncionais. Com os avanços tecnológicos, "...não houve a eliminação do trabalho, mas sim um processo de intelectualização de uma parcela da classe trabalhadora" (ANTUNES, 1995, p 59), trabalhadores que sejam polivalentes, que sejam qualificados para acumular diversas funções. O capitalismo que até então era mais centralizado nacionalmente, toma forma internacional, através da globalização e mundialização, tornando a acumulação de mais-valia em acumulação flexível para o conjunto das grandes empresas que ampliam sua lucratividade e isenções fiscais. O modelo produtivo que antes mantinha a rigidez nos processos de trabalho, onde a produção em massa exige do trabalhador conhecer apenas parte do processo, passa a flexibilizar esses processos abrindo novos mercados para os trabalhadores, como empregos no setor de serviço. Porém essa flexibilização se fez necessária e importante para os empresários trazendo impactos negativos para a classe trabalhadora, como por exemplo reduzindo a força sindical.

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. (HARVEY, 1993, p. 143)

Essa flexibilidade se reflete na vida dos trabalhadores, na flexibilização dos contratos de trabalho, na flexibilização dos direitos sociais dos trabalhadores, enquanto para o capitalismo a flexibilização significa redução de custos na produção com maior extração de lucro. A reestruturação produtiva intensificou as condições precárias do trabalho e da relação capital x trabalho. A exploração da força de trabalho na produção de mais valia está intrínseca ao capitalismo, porém quando o capitalismo se reinventa para a sua própria sobrevivência, ele também reinventa os modelos de exploração da classe trabalhadora. Ele cria mecanismos que possibilitam a superação de dada crise o que não o torna atemporal, ele se reinventa de acordo com sua necessidade. A classe trabalhadora possui importante e fundamental papel nessa sociedade capitalista, ela está na centralidade, pois a força de trabalho é sua

mercadoria, que vendida se torna trabalho, onde o trabalho gera a mais-valia e acumulação de riquezas. “A força de trabalho é uma mercadoria que, ao ser colocada em atividade, aliada aos meios e instrumentos de produção, transforma-se em trabalho.” (IAMAMOTO, 2001, p 70) Sem a força de trabalho não seria possível tal acumulação.

...enquanto perdurar o modo de produção capitalista, não se pode concretizar a eliminação do trabalho como fonte criadora de valor, mas, isto sim, uma mudança no interior do processo de trabalho, que decorre do avanço científico e tecnológico e que se configura pelo peso crescente da dimensão mais qualificada do trabalho, pela intelectualização do trabalho social. (ANTUNES, 1995, p 58)

Em contrapartida ao trabalhador, possuidor da sua força de trabalho, é necessário transformar essa força em moeda para atender suas necessidades concretas, suas necessidades cotidianas e sociais. Ele submete sua força de trabalho, sua capacidade laborativa, ao capitalista em troca de um salário para atender as suas necessidades.

Como uma das formas de precarização das relações de trabalho está caracterizada a terceirização do trabalho, ou os contratos temporários de trabalho. A precarização do trabalho, caracterizada pela terceirização, expressa a retirada de direitos já conquistados pelas lutas da classe operária. São trabalhadores remunerados com baixos salários onde como “atrativos” são oferecidos benefícios pagos pelas empresas de forma indireta, como os casos dos planos de saúde particulares, o vale refeição, vale alimentação, e outros benefícios.

Este “Estado de bem-estar” privado está representado pelas políticas de gestão empresarial que transcendem os muros do espaço fabril, através da institucionalização de um conjunto de benefícios – salários indiretos – como formas de garantir um determinado padrão de consumo de seus empregados e, conseqüentemente, a sua reprodução. (BORGES e DRUCK, 1993, p 29.)

Além de expressar a precarização do trabalho podemos destacar como a terceirização enfraquece os movimentos trabalhistas e suas reivindicações por melhorias, como acontece nos casos das articulações e chamadas para as greves gerais, paralizações, manifestações, participação nos sindicatos. A autonomia que o

trabalhador concursado possui, de poder expressar seu posicionamento político e juntar forças aos movimentos operários, não se concretiza quando se trata de trabalhadores não concursados, que sofrem pressões psicológicas e emocionais, correndo o risco de perderem seus empregos ao se manifestarem contra suas condições de trabalho. Dessa forma, a terceirização dos processos de trabalho se torna mais interessante para as empresas, onde são realizados pagamentos de salários menores, fazendo com que os lucros aumentem e controlando as possíveis tensões entre trabalhadores e gestores.

Para o debate sobre a terceirização do trabalho, tema central desse trabalho de conclusão de curso, foi realizada a pesquisa sobre o que é o trabalho e qual sua importância nos dias atuais, assim como as alterações legislativas que permitiram que a terceirização das atividades-fim das instituições, ganhem reconhecimento e aparato legal.

Para tanto o trabalho foi dividido em três partes. Na primeira parte foi mostrada a crise capitalista e as mudanças, tanto organizacional quanto produtiva, geradas por elas no mundo do trabalho. Foi trabalhada a crise do capital como algo inerente ao próprio sistema capitalista e a forma em que o capitalismo se organiza e se reinventa para a superação da crise gerada pelo próprio modo produtivo; a crise dos anos 70 como crise estrutural do capitalismo; a reestruturação produtiva e as alterações do mundo do trabalho. Na segunda parte, a partir das estratégias do capitalismo, foi feito um debate sobre a reestruturação produtiva e os impactos no mundo do trabalho assim como o desemprego estrutural e os impactos na classe trabalhadora. Já na terceira parte, são expostos dados que confirmam e mostram a terceirização como uma das formas de intensificar a precarização do trabalho e a terceirização no setor elétrico brasileiro, sendo realizadas às custas do trabalhador.

CAPÍTULO 1: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, A CENTRALIDADE E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.

Com a decadência do sistema feudal, emerge o capitalismo como o novo sistema econômico. Tal sistema, baseado na propriedade privada e na acumulação de capital, provocou profundas transformações societárias na passagem da Idade Média para a Idade Moderna. Transformações essas ligadas a urbanização, aos meios de produção, aos meios de comunicação, aos meios de produzir mercadorias de maneira a baratear tanto a produção quanto ao valor final de consumo. Desde seu surgimento, o capitalismo também passou por transformações e modificações, porém sempre mantendo sua gênese: sempre fundamentado no lucro e na acumulação de riqueza. Seu início se deve também ao fato da mudança do centro da vida da sociedade, a qual era centralizada no campo e que passa a ter seu centro econômico, social e político na cidade.

Cada período do capitalismo foi marcado por crises e suas tentativas de superação. Os modelos organizativos de exploração no capitalismo são mantidos até o surgimento das crises oriundas do próprio modelo capitalista, em um ciclo, o capitalismo reinventa formas de sustentação do sistema diante da crise; posteriormente a crise emerge e novamente o capitalismo se reinventa para se manter como modelo societário.

Assim,

A história do capitalismo pode ser dividida em períodos, pedaços de tempo marcados por certa coerência entre as suas variáveis significativas, que evoluem diferentemente, mas dentro de um sistema. Um período sucede ao outro, mas não podemos esquecer que os períodos são, também, antecedidos e sucedidos por crises, isto é, momentos em que a ordem estabelecida entre as variáveis, mediante uma organização, é comprometida. (SANTOS, p 15, 2006)

O capitalismo se modificou desde seu surgimento até os dias atuais, sendo marcado por fases, conforme Netto e Braz (2012, s/p).

Capitalismo comercial ou mercantil – fase na qual o capitalismo tinha como principal intuito acumular capital através de balanças comerciais e através de conquistas de colônias.

Capitalismo Industrial ou Industrialismo – Surge com a Revolução Industrial, foi a transição da manufatura para a produção em grande escala. Seu foco estava na produção realizada através do desenvolvimento fabril. Nessa fase do capitalismo surge também a necessidade de mais mão de obra no chão de fábrica, emerge então a classe operária com as determinações políticas e econômicas amadurecidas.

Capitalismo Financeiro ou Monopolista – Se inicia no século XX, se consolida com a primeira Guerra Mundial e permanece até os dias de hoje. Se fundamenta pelas leis dos bancos, grandes corporações e empresas através de monopólios, controlado pelo poder econômico dos bancos e instituições financeiras.

Apesar de suas fases, o capitalismo manteve sua base na exploração da força de trabalho com a finalidade de acumulação de lucros. Os homens e sua força de trabalho, sua vitalidade, são submetidos à um sistema que sobrepõe o dinheiro, poder econômico, a ganância, à vida humana.

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. (MESZÁROS, 2011, p 96)

Segundo Mészáros, o capitalismo se tornou o sistema mais poderoso até a atualidade, visto que sua estrutura totalizadora exerce o poder sobre as diversas áreas da vida em sociedade. Os impactos da exploração da força de trabalho de uma classe sobre a outra se expressa em todos os seguimentos da vida cotidiana. Se expressa na educação dos homens, quando a educação se torna mercadoria e não mais direito, se expressa no acesso à saúde quando o acesso à um sistema de qualidade por direito, se torna mercadoria, se expressa no acesso à alimentação saudável, quando para se ter acesso a essa alimentação saudável está colocado os imperativos do agronegócio. Tanto as relações mercantis como as relações pessoais são perpassadas pelo sistema econômico vigente.

Para que a vida cotidiana se materialize, vida essa entrelaçada por distintos seguimentos, o capitalismo, como modelo econômico, se apropria de cada um desses seguimentos, condicionando a materialidade da vida cotidiana em uma relação de

troca também capitalista.

E o que isso quer dizer?

Bem, se em uma sociedade cujo o dinheiro é a moeda de troca, para que a vida cotidiana se materialize, é imposto que essa troca seja realizada em diversos espaços da vida pública assim como da vida privada.

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. (MÉSZÁROS, 2011, p 96)

1.1 A crise do Capitalismo e a reestruturação produtiva

Em 1914, Henry Ford criou a primeira linha de produção semi automatizada de automóveis, um modelo produtivo do qual se produzia em massa para o consumo em massa. Essa linha de produção limitava os trabalhadores em apenas uma parte de todo o processo. O trabalhador era parte do processo, mas não tinha conhecimento do mesmo como um todo, dessa maneira também não se identificava como parte daquele processo. Ford acreditava que era necessário um novo modelo de trabalhador no então, novo modelo produtivo. Para ele, era um novo modelo de vida. Ele acreditava que os trabalhadores, sendo parte do mercado consumidor, seriam responsáveis pela absorção do que era produzido. Ele acreditava que os trabalhadores precisavam de tempo livre para o lazer, enxergando-os como consumidores em potencial, mas para isso era necessário que eles tivessem renda. Em 1916, Ford, em uma ação coercitiva, envia equipe de assistentes sociais nas casas dos trabalhadores de sua fábrica para avaliar se os mesmos sabiam como viver nesse novo modelo, se eles estavam aptos ao consumo, conforme Harvey.

Conforme Harvey:

Por isso em 1916, Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares dos seus trabalhadores “privilegiados” (em larga medida imigrantes) para ter

certeza de que o “novo homem” da produção de massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) e “racional” para corresponder às necessidades e expectativas da corporação. (HARVEY, 1935, p. 122)

Ford, de maneira coercitiva, sondava os trabalhadores baseado em padrões moralmente aceitáveis pela sociedade e para os interesses econômicos. Nesse período os trabalhadores tiveram um aumento nos seus salários, mas vejamos, isso não foi de maneira estrutural ou como um direito conquistado, tão pouco pensado na qualidade de vida desses trabalhadores. Era uma tentativa de superação da crise que se instaurava. Posteriormente, mesmo acreditando que a solução para a crise partiria da própria empresa, foram demitidos trabalhadores e os salários foram reduzidos diante da crise.

Nos anos 70, o capitalismo teve mais uma de suas crises cíclicas. Segundo Clarke (1991) citada por Antunes (1995), “A crise do fordismo não é nada de novo; é apenas a mais recente manifestação da crise permanente do capitalismo”. Como foi citado anteriormente, o capitalismo passou por diferentes fases até chegar ao capitalismo atual. Essas fases foram marcadas também pelas crises ocasionadas pelo próprio sistema. São crises cíclicas e estruturais do próprio modo de organização. Durante a década de 70, a grande produção de artigos no modelo fordista não foi absorvida pelo mercado, gerando grandes estoques desses artigos. Era a produção em massa que não foi absorvida na mesma medida.

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2000, p 31)

Segundo Sabel e Piore (1984, apud ANTUNES, 1995 p 18) “O elemento causal da crise capitalista seria encontrado nos excessos do fordismo e da produção em massa, prejudiciais ao trabalho, e supressores da sua dimensão criativa.”

Os excessos do fordismo, e aqui falamos tanto na sua superprodução de mercadorias e de seu acúmulo assim como a rigidez de seus processos, foram determinantes para que a crise se instaurasse.

Nesse período histórico ficou claro que o fordismo não era capaz de conter as contradições do capitalismo, sendo a rigidez desse modelo uma das grandes dificuldades. Rigidez vista no próprio regime de acumulação intensiva, com o aumento da produtividade e do capital fixo per capita sendo baseada no consumo em massa, vista no engessamento dos trabalhadores nas linhas de montagem, no processo mecanizado, nos processos padronizados. O problema com a rigidez desse modelo estava tanto na forma como o mercado se organizava para esse consumo em massa assim como nas relações trabalhistas. Para o enfrentamento dessa rigidez no que diz respeito às relações de trabalho, a classe operária se mantinha articulada. O que explica as greves naquele momento, conforme Harvey (1993). Havia investimento em matéria prima, na produção e na pós-produção, que em crise, não gerava mais lucros.

Segundo Harvey (1993), o problema de superprodução foi superado pelo modelo fordista de maneira temporal e com o deslocamento espacial dos produtos, porém a crise se instaurou quando as opções de lidar com a superprodução se esgotaram. A maneira temporal de lidar com a superprodução fez com que as dívidas dos capitalistas aumentassem dia após dia, visto que o giro monetário levaria certo tempo para ser recuperado. Geograficamente, o problema da superprodução foi temporariamente resolvido com o deslocamento que, em longo prazo, também não foi capaz de superar a crise.

Para Harvey, a crise fordista teve cunho geográfico, mas também geopolítico, tendo em vista que a organização produtiva tinha particularidades nos distintos territórios, como era o caso do Japão, Europa e Estados Unidos, por exemplo. O capitalismo possuía características específicas na exploração da força de trabalho em diferentes territórios, que no caso de deslocamento da superprodução para a sua superação ficou comprometida.

Assim sendo, a crise do fordismo foi tanto geográfica e geopolítica como uma crise de endividamento, luta de classes ou estagnação corporativa nas nações-Estados. (HARVEY, 1993, p 174)

Em resposta tanto a crise estrutural, quanto à crise do sistema taylorista/fordista, emergiu a acumulação flexível que se afirmou pela prática de retirada de capitais do setor produtivo e seu investimento no mercado financeiro, reduzindo a mão de obra empregada, aumentando o exército industrial de reserva assim como retirando os direitos sociais, colocando em destaque o neoliberalismo.

O neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a globalização, embora se constituam em fenômenos distintos, estão profundamente articulados no processo de transformações por que vem passando o capitalismo nesse fim de século. (FILGUEIRAS, p 281)

A reestruturação produtiva ocasionou profundas transformações nas relações de trabalho e no processo produtivo, intensificando os níveis de automação que já existiam no modelo anterior na produção de artigos assim como no setor de serviços, mas também introduzindo novas formas, novos métodos e práticas de organização laborativa e novas formas de gerir o trabalho. O modelo de produção antes caracterizado pelo trabalho repetitivo em um processo de produção de mercadorias em massa para o consumo também em massa, passa a ser flexibilizado. O trabalhador que antes executava apenas uma atividade, que operava apenas uma máquina, passa a ser exigido que esse mesmo trabalhador, execute variadas atividades, assim como opere mais de uma máquina ao mesmo tempo, aumentando sua jornada de trabalho e intensificando a exploração do trabalho. Esse modelo produtivo retirou muitos trabalhadores de seus postos de trabalho, contribuindo para o aumento do exército industrial de reserva, para o aumento do número de trabalhadores desempregados.

Conforme Harvey:

Curiosamente, o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho, que tornaram o retorno de estratégias absolutas de extração de mais-valia, mais viável mesmo nos países capitalistas avançados. (HARVEY, 1992, p 175)

Os avanços tecnológicos seriam capazes de reduzir a jornada de cada trabalhador, proporcionando aos mesmos, tempo livre fora de seus espaços laborativos, redução do trabalho e aumento na qualidade de vida dos trabalhadores. Porém, os avanços tecnológicos reduziram o número de trabalhadores e intensificou

a jornada de trabalho para os trabalhadores ativos. O lucro sendo colocado acima da qualidade de vida dos trabalhadores, conforme Lessa (2006):

Desenvolvemos robôs que poderiam retirar do trabalho manual milhões de pessoas e poderiam reduzir o tempo de trabalho de todos nós. Mas, como o objetivo da tecnologia é o lucro e não a necessidade dos homens, nos comportamos como “guardiões das mercadorias”: usamos os robôs para fazer os operários produzirem mais a um ritmo de trabalho ainda mais estafante e jogamos no desemprego os trabalhadores agora excedentes. (LESSA, 2006, p.5)

No modelo flexível, a produção de mercadorias é voltada para atender as demandas do mercado, evitando estocagem de mercadorias, visto que a crise do modo do sistema de produção anterior se deve, também, ao fato de uma grande estocagem de mercadorias produzidas em massa que não foi absorvida pelo mercado consumidor. É o modelo capaz de produzir mercadorias de maneira personalizada, individualizada, atendendo consumidores com demandas específicas. Usando o exemplo da linha de montagem de automóveis, a produção que no modelo fordista era realizada em série, diminuindo os custos, fragmentando o trabalho, inflexível, principalmente se comparado à modelos anteriores como os artesanais, no modelo flexível a produção de automóveis é capaz de montar automóveis diversificados, atendendo a consumidores de gostos e preferências distintas. Já no fordismo a produção em massa dificultava a produção de mercadorias mais individualizadas, visto que o processo produtivo era iniciado seguindo um modelo de desenho, ou molde para tal mercadoria, possibilitando apenas algumas diferenças entre um produto e outro.

O modelo fordista, que expressa certas limitações em sua linha de produção, como por exemplo a falta de flexibilidade, é confrontada pelo modelo flexível, o que Harvey chama de modelo de acumulação flexível. Pensemos em tais mudanças: o modelo de produção que seguia uma linha de montagem, não permitindo alterações em seu processo, como por exemplo, um trabalhador que em seu posto de trabalho, era responsável por apenas uma parte do processo, estava limitado a conhecer o processo de um ângulo apenas. Já no modelo flexível, esse trabalhador acumula diversas tarefas, o que não o torna um trabalhador mais completo, mas sim um trabalhador polivalente, acumulando distintas funções. Os avanços tecnológicos, a

tecnologia, alterou a forma como a produção é organizada, como as fábricas, indústrias, grandes montadoras, entre outros setores, se organizam para produzir determinadas mercadorias. A acumulação da riqueza produzida em ambos os processos, ela não é distribuída de maneira igualitária e justa. A acumulação ela continua concentrada em um grupo social. Sua distribuição, ou a sua acumulação, não é modificada. Sua gênese, que se encontra no modelo capitalista, continua sendo a mesma. O novo modelo de produzir, altera as formas da produção, a organização do trabalho, as relações trabalhistas, flexibilizando os direitos sociais e trabalhistas, aumentando a precarização do trabalho.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1992, p 140)

O mercado de trabalho passar a buscar por trabalhadores com multifuncionalidades para produção que atendam as demandas individualizadas do mercado. A efetivação da reestruturação produtiva só foi possível devido aos avanços tecnológicos, como por exemplo, a robótica, e diversas técnicas que proporcionaram uma aceleração nos meios produtivos, minimizando erros e aumentando a eficiência e acertos dos processos produtivos. Para trabalharem com equipamentos de tecnologia avançada, era exigido do trabalhador qualificação para a robótica, por exemplo, onde a grande massa dos trabalhadores não estava inserida. A modelagem dos trabalhadores é modificada pelo mercado como uma maneira de adaptação ao novo modelo produtivo. No fordismo, os trabalhadores operavam uma máquina por vez, em um processo mecânico no qual a capacidade física se sobressaía à capacidade intelectual. Com os avanços tecnológicos, com a robótica, com a automação, ocorre então um processo de intelectualização do trabalho manual, conforme Antunes (1995). Uma das tantas contradições dos avanços tecnológicos foi a de tornar parte dos trabalhadores extremamente qualificados e torna tantos outros desqualificados.

Evidencia-se, portanto, que ao mesmo tempo em que se visualiza uma tendência para a qualificação do trabalho, desenvolve-se também

intensamente um nítido processo de desqualificação dos trabalhadores, que acaba configurando um processo contraditório que superqualifica em vários ramos produtivos e desqualifica em outros. (ANTUNES, 1995, p.62)

Os avanços das políticas neoliberais se articulam profundamente com a reestruturação produtiva, onde juntas avançam na retirada de direitos dos trabalhadores, buscando sempre o fortalecimento das grandes empresas, dos grandes empregadores, o fortalecimento da burguesia, da classe dominante.

As mudanças que ocorreram pós 1973, que se inicializaram com as limitações do fordismo, trouxeram mudanças profundas no capitalismo através da mundialização, ou globalização. O capitalismo antes caracterizado nacionalmente, abre portas para o capital estrangeiro, permitindo a entrada e saída de transnacionais nos territórios nacionais. É a reestruturação produtiva acontecendo em escala global. As empresas passam a utilizar matéria prima de um território, ou mais territórios ao mesmo tempo, mão-de-obra de outro território, buscando maneiras de baratear a produção e aumentar os lucros.

O neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a globalização, embora se constituam em fenômenos distintos, estão profundamente articulados no processo de transformações por que vem passando o capitalismo nesse fim de século. (FILGUEIRAS, 2001, p 281)

O neoliberalismo, que avança na retirada dos direitos sociais, retirando também os direitos trabalhistas, a reestruturação produtiva, que modifica como o sistema se organiza para produzir mercadorias assim como para explorar a força de trabalho mais a globalização, que permitiu mercados internacionais, com suas legislações trabalhistas distintas e com seus acordos internacionais, juntos contribuíram para as mudanças do capitalismo na passagem de século.

Segundo Lessa:

Nunca antes o desenvolvimento das forças produtivas sob a regência do capital articulou, de forma tão intensa, o desenvolvimento das forças produtivas com a geração de um excedente tão expressivo da força de trabalho. (LESSA, 1997, p 154)

O sistema capitalista, desde seus primórdios, tem como essência a exploração da força de trabalho, a exploração da força humana, em prol da produção de mais

valia, em prol da produção de mercadorias e da acumulação do capital. Com os avanços tecnológicos, com a revolução industrial, com a evolução dos maquinários e meios de produção, essa exploração da força humana foi intensificada e sua extinção não foi realizada devido ao fato do capital não conseguir, por si só, explorar a natureza e transforma-la em mercadoria sem a utilização da força do homem. Esses avanços e transformações dos meios de produção tiveram profundos rebatimentos para a classe trabalhadora, como por exemplo, o aumento do desemprego e a retirada dos direitos conquistados pela classe por meio de diversas lutas.

Lessa defende a ideia de que o novo sistema de produção tem caráter destrutivo que se manifesta como nunca antes entre o desenvolvimento das forças produtivas e a destruição da força de trabalho através da elevação do desemprego.

Talvez estejamos no limiar de um período histórico no qual o caráter destrutivo do capital se manifeste, como nunca antes, na articulação estrutural entre desenvolvimento das forças produtivas e destruição da força de trabalho através da manutenção de taxas elevadas de desemprego. (LESSA, 1997, p 154)

O desemprego, gerado e mantido pelo capitalismo é necessário para a manutenção do próprio sistema capitalista e para a sua acumulação.

Segundo Marx:

A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. (MARX, 2013, p 857)

Os trabalhadores que não são absorvidos pelo mercado de trabalho, formam o que Marx chama de exército industrial de reserva. Esse exército, criado pelo próprio sistema, é extremamente funcional ao capitalismo. Manter trabalhadores fora do mercado de trabalho inibe manifestações dos trabalhadores que se encontram no mercado de trabalho, de maneira que os que estão ativos no mercado necessitam, para a produção de sua vida material, permanecerem nesse mercado. Dessa forma, os trabalhadores são submetidos a condições precárias de trabalho, espaço laborativa precários, carga horárias abusivas em troca de remuneração também precária. O

capitalismo utiliza o exército industrial de reserva para poder realizar o rebaixamento dos salários de maneira que esses salários sejam aceitos pela classe trabalhadora.

Sobre essa população que não foi absorvida pelo mercado de trabalho, a população excedente, Marx conceitua como o exército industrial de reserva:

Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. (MARX, 2013, p 858)

Independente de como cresce o nível populacional ou da forma em que a exploração da força de trabalho se apresenta, há sempre uma população disponível para ser absorvida. Ainda que as condições de trabalho sejam precárias e insalubres, ainda que os baixos salários não condigam com o mínimo necessário para a reprodução da vida material, há sempre trabalhadores a postos para serem inseridos nesse mercado. Desse modo, o capital sempre mantém sobre controle a classe trabalhadora extraíndo cada vez mais a mais-valia.

Com a flexibilização do trabalho e a produção para atender demandas individuais, a produção se intensifica de acordo com as necessidades do mercado. Há períodos em que o mercado demanda mais mercadoria do que se produz em sua normalidade, dessa forma surgem os empregos temporários, em que os trabalhadores são contratados sem terem direitos trabalhistas garantidos por um período pré-estabelecido, podendo ele ser prorrogado ou não.

Segundo Lessa, as transformações das relações de produção apontam para uma nova relação entre sociedade e trabalho, colocando em questão a centralidade do trabalho.

É neste contexto que as transformações das relações de produção, algumas delas profundas e irreversíveis, aparentemente autorizariam teorizações que apontam para uma radicalmente nova relação da sociedade com o trabalho. (LESSA, 1997, p 155)

Lessa coloca em questão se o desemprego não seria uma nova normalidade dentro do contexto pós-industrial, onde antes o trabalho era normal. Porém, com as

modificações no mundo do trabalho e o aumento do desemprego, não seria essa uma nova questão central no mundo do trabalho nessa nova roupagem do capitalismo?

De acordo com Antunes:

Duas manifestações são mais virulentas e graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica voltada prioritariamente para a produção de mercadorias que destroem o meio ambiente. (ANTUNES, 2001, p 18)

Como uma das expressões mais profundas da crise estrutural do capitalismo, ainda segundo Antunes, é uma aguda destrutividade. Destruição da força humana que trabalha, destruição do meio ambiente e sua relação trabalho x natureza, destruição de homens e mulheres que tiram seu meio de sobrevivência do trabalho, criando a sociedade do descartável.

“Como uma seringa depois de usada, são todos descartáveis. Assim é, dizem, a lógica ‘inexorável’ da modernidade.” (ANTUNES, 2001, p 19)

A sociedade do descartável é uma sociedade em que o capitalismo se apropria da força humana e da natureza para a produção de mercadorias e que tudo aquilo que é utilizado como meio para que essa mercadoria seja produzida é jogado fora, como por exemplo, a própria força humana e a própria natureza. Entre a extração de matéria prima, sua produção e distribuição, muitas vidas humanas são envolvidas, muitos processos mecanizados, exploração da natureza e seus recursos naturais. O fim do processo é mais importante do que o caminho até a mercadoria se concretizar, tomar forma.

1.2 A Centralidade do Trabalho na vida do homem

Cada sociedade se organiza de uma maneira, criando regras, modelos de produção, estabelecendo normas e assim encontrando formas para que os homens vivam em sociedade de maneira harmoniosa. Na sociedade capitalista, onde os homens se organizam de maneira a vender sua força de trabalho para os possuidores dos meios de produção, o trabalho se faz central na reprodução da vida social. Sendo a sociedade contemporânea dividida por classes, de um lado se encontra os

detentores dos meios de produção, aqueles que concentram a riqueza e a produção dessa riqueza socialmente produzida, enquanto de maneira antagônica se encontram os possuidores da força de trabalho, aqueles que para garantir sua sobrevivência nessa sociedade, vendem o que possuem em troca de um salário. Esse salário, pago de maneira desigual, visto que a riqueza produzida por esses trabalhadores, não são socialmente compartilhadas, mas sim concentrada com poucos, é o que produz a mais valia, a diferença entre o que é gasto na produção e o que se é pago pelo que se produz.

Segundo Marx:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. (MARX, 1983, p.236)

O trabalho é a ação pela qual o homem transforma a natureza para atender suas necessidades. Conforme Marx (1983) o trabalho é um processo de transformação pelo qual o homem modifica a natureza para atender suas necessidades. O homem primitivo desenvolvia atividades para atender suas necessidades também primitivas, suas necessidades biológicas, sua ação era imediatista, pensando apenas naquele momento, como por exemplo, o ato de se alimentar. O homem, por meio de instrumentos, criava formas de atender suas necessidades para sua própria sobrevivência. Sua produção tinha valor de uso, seu trabalho, atividade de transformar a realidade com uma finalidade, estava ligada às suas necessidades primárias. O homem produzia de acordo com o valor de uso, de acordo com as demandas das quais dependia a sua sobrevivência.

O trabalho concreto, formador de valores de uso, é condição da vida humana, independente de todas as formas de sociedade. É atividade existencial do homem, sua atividade livre e consciente. (IAMAMOTO, p. 40)

Porém, na medida em que essas atividades foram se estruturando e se desenvolvendo em um processo temporal, elas foram tomando outras formas, rompendo com as atividades imediatistas. O homem contemporâneo planeja suas

atividades, se apropria de instrumentos, com uma finalidade que ultrapassa suas necessidades biológicas, atividades essas que eram determinadas pela própria natureza, as atividades que eram realizadas instintivamente são transformadas de maneira a atender os desejos do homem.

Sendo o trabalho a atividade vital específica do homem, ele mediatiza a satisfação de suas necessidades pela transformação prévia da realidade material, modificando a sua forma natural, produzindo valores de uso. O homem é um agente ativo, capaz de dar respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, através da atividade laborativa. (IAMAMOTO, 2001, p 40)

Homem esse que com as transformações do mundo desenvolve novas necessidades a partir do momento que satisfaz as necessidades atuais. O trabalho então se apropria de instrumentos como uma ação processual e não mais imediata. O trabalho passa a exigir então habilidades e conhecimentos por meio do aprendizado.

À diferença das atividades naturais, o trabalho se especifica por uma *relação mediada* entre o seu sujeito (aquele que o executam, homens em sociedade) e o seu objeto (as várias formas da natureza, orgânica e inorgânica). Seja um machado de pedra lascada ou uma perfuradora de poços de petróleo com comando eletrônico, entre o sujeito e a matéria natural há sempre um meio de trabalho, um *instrumento* (ou um conjunto de instrumentos) que torna *mediada* a relação entre ambos. (NETTO e BRAZ, 2012, p. 44)

Se então o homem com sua natureza orgânica, para atender suas necessidades imediatas se apropriava da natureza (como visto orgânica e inorgânica) e o homem contemporâneo também o faz, qual a diferença entre as atividades naturais do homem, aquelas que são biologicamente determinadas, daquelas que são produzidas socialmente? A diferença está na mediação, a instrumentalidade que media o alcance de determinado objetivo e o próprio objetivo.

O fato de buscar a produção e a reprodução da sua vida social tal por meio do trabalho e luta por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução. O trabalho é, portanto, resultado de um pôr teleológico que (previamente) o ser social tem ideado em sua consciência, fenômeno este que não está essencialmente presente no ser biológico dos animais. (ANTUNES, 2009, p. 136)

A capacidade teleológica do homem, a capacidade de pensar, planejar, se apropriar de instrumentos para então concretizar o que antes havia sido pensado, caracteriza o trabalho.

Na medida em que o homem modifica a natureza, ele também se modifica, conforme Marx (1983, p.327) diz “Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”.

É indissociável pensar a sociedade sem pensar a natureza, pois é por meio da natureza que pode ser proporcionado ao homem a manutenção da vida dos indivíduos em sociedade. O homem se apropria da natureza para sua própria sobrevivência em sociedade. Logo, o trabalho tem papel central na reprodução da vida social. Para reprodução da vida social é necessário que haja meios de produção.

Na sociedade capitalista os meios de produção se encontram no domínio da classe dominante, nas mãos dos burgueses, onde a força de trabalho se transforma em mercadoria e é vendida em troca de um salário. Tanto os burgueses quanto os trabalhadores vivem em uma relação de dependência. Conforme Lessa (2006) tanto trabalhadores quanto os capitalistas, possuem a mesma mercadoria, porém em formas distintas: de um lado a de força de trabalho, enquanto do outro lado a mesma mercadoria encontra-se em forma de riqueza produzida pelo trabalhador.

Como vivemos em uma sociedade que produz mercadorias, fazemos a nós próprios “guardiões de mercadorias”, Os da classe dominantes são “guardiões do capital”, os assalariados são “guardiões” da sua força de trabalho, a única mercadoria que têm para vender. (LESSA, 2006, p. 4)

Tal sociedade é marcada pela exploração da força de trabalho, pela produção de mercadorias que possuam não apenas valor de uso, mas também valor de troca, marcada pelo consumismo, onde não mais o trabalho atende as necessidades primárias, as necessidades básicas, porém ela produz novas necessidades com a finalidade de gerar novos consumidores para o mercado, em um ciclo que se renova à medida que essas necessidades são recriadas para favorecer parte da sociedade, na qual podemos citar as grandes empresas e conseqüentemente os grandes empresários.

A riqueza produzida pelos trabalhadores é apropriada pelos seus empregadores em troca de um salário. A força de trabalho, o tempo, os instrumentos, os meios de produção, passam a pertencer ao empregador a partir do momento em que ele utiliza o dinheiro como moeda de troca. O trabalhador, possuidor da força de trabalho, submete sua mercadoria, que é a própria força de trabalho, ao empregador em troca de dinheiro que posteriormente vai ser também trocado por outras mercadorias das quais ele se utilizará para garantir sua sobrevivência na sociedade capitalista e de consumo.

“Todavia, como a riqueza do patrão é produzida pelo seu trabalhador, o capital da burguesia nada mais é que a riqueza produzida pelo operário e, assim, o capital termina revelando-se o que de fato é: a força de trabalho convertido em propriedade de burguês. No fundo, portanto, o burguês e o proletário são “guardiões” da mesma mercadoria sob formas diversas. (LESSA, 2006, p 4)

A exploração da força e trabalho da classe operária, se dá em detrimento do acúmulo de lucro, de riquezas, por parte dos capitalistas. Com o passar do tempo, essa exploração foi se modificando, tomando novas formas, e com essas transformações da forma como o sistema capitalista se apropria da força de trabalho para lucrar, também ocorreram as transformações do mercado de trabalho e do processo produtivo.

Para alguns pensadores, o trabalho, da maneira como conhecemos, iria ser superado em uma sociedade pós-industrial. O aumento do trabalho imaterial, iria se sobrepor ao trabalho material de tal forma que não haveria mais trabalhadores nas fábricas, por exemplo. Ou até mesmo não haveria mais luta de classes, pois o trabalho manual seria substituído pelo trabalho automatizado, portanto não haveria exploração de uma classe sobre a outra. O trabalho vivo iria ser superado pelo trabalho morto. Outros acreditavam que o capitalismo iria ser transitório para o comunismo no momento em que os trabalhadores recebessem valor maior do que a sua força de trabalho investida.

A ideia que muitos deles tinham, como por exemplo, a tese de Lojkine (1995), a qual em uma sociedade de informações, a mercadoria seria substituída pela informação, sendo ela não material, não poderia ser vendida. Dessa maneira a sociedade de mercadorias seria substituída por uma sociedade pós-mercantil. O que foi um erro acreditar, de acordo com Lessa (2006). Primeiro por acreditar que a

informação não era mercadoria e que não poderia ser vendida. O segundo erro foi por desconsiderar que em cada sociedade, em cada forma organizativa dessa sociedade, os homens encontram formas de suprirem suas necessidades, sejam elas primárias, das quais os homens dependem para viver, sejam as que emergem da própria maneira de organização societária. “os homens se organizam em sociedade para primordialmente produzirem o que necessitam. Cada modo de produção desenvolve a técnica e as relações de produção que lhe são apropriadas.” (LESSA, 2006, p 3)

Para Antunes (1995) o trabalho vivo e o trabalho morto estão ligados a um processo de interação, onde o trabalho vivo não pode ser eliminado pelo capitalismo, seja na produção de mercadorias materiais ou imateriais.

Em verdade, o sistema de metabolismo social do capital necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado...(ANTUNES, 1995, p. 160)

Ou seja, no mundo contemporâneo, as necessidades socialmente produzidas para o homem, não retiram o trabalho vivo, as mercadorias imateriais não substituem as mercadorias materiais. Mercadorias imateriais podem ser vendidas tanto quanto as mercadorias materiais e dessa forma criando necessidade de novos trabalhadores. Como mercadorias imateriais, podemos citar o trabalho dos publicitários, onde a produção de sua mercadoria muitas vezes é a imagem de determinado produto. Seu trabalho produz mercadoria que não é matéria, porém possui a capacidade de identificação de um produto material. Há trabalho investido, se tornando mercadoria.

Na era digital, na era da informação, tudo o que for possível de gerar valor de troca, é apropriado pelo capitalismo com a finalidade de gerar lucros. Podemos identificar dessa forma, que apesar dos avanços da informática, da tecnologia, dos serviços, o trabalho não está próximo do fim. Ele está tomando novas formas e novas características para sobreviver ao mundo moderno.

A periferia do trabalho compreende dois subgrupos diferenciados: o primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como o pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado”. Esse subgrupo tende a caracterizar por uma alta rotatividade no trabalho. O segundo grupo situado na periferia “oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial,

empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público...” (ANTUNES, 1997, p 53)

Conforme Antunes (1997), há uma tendência de qualificação e intelectualização em determinados setores e desqualificação da força de trabalho em outros.

Com a inserção de novas tecnologias, surge a exigência por trabalhadores mais qualificados no mercado de trabalho para atuarem com os maquinários de tecnologia avançada. Esses avanços causaram profundas modificações na classe operária, onde os trabalhadores estavam condicionados à trabalhos manuais de caráter repetitivo que tiveram que se ajustar às novas exigências do mercado.

Em contrapartida, enquanto o mercado exige trabalhadores especializados em novas tecnologias, a terceirização do trabalho tende a desqualificar a mão de obra do trabalhador, visto que são contratados trabalhadores em condições precárias, de subemprego, emprego informal, emprego parcial, emprego subcontratado. Os avanços tecnológicos, que se utilizados de maneira funcional a sociedade de modo universal, voltados para o bem comum, seriam capazes de combater as desigualdades sociais, na realidade são funcionais ao capitalismo e conseqüentemente funcionais para que as desigualdades aumentem.

CAPÍTULO 2: A TERCEIRIZAÇÃO COMO INTENSIFICAÇÃO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITAL

A reestruturação produtiva manteve os fundamentos essenciais do capitalismo, as mudanças ocorreram no padrão de acumulação, e não no modo de produzir, que segundo Antunes, as mudanças ocorreram visando conferir maior dinamismo ao processo produtivo que se encontrava esgotado. Nesse novo padrão, flexibilizado, abriu-se portas para o trabalho precarizado, com a expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado.

...Vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a sociedade dual do capitalismo avançado...(ANTUNES, 1995, P 41)

A fragmentação e a descentralização do trabalho fizeram com que a articulação da classe trabalhadora ficasse comprometida em seu interior. Esse processo de desarticulação da classe trabalhadora por meio do enfraquecimento das lutas de classe é pensado pelo sistema capitalista de modo que a classe trabalhadora não se identifique, não se veja nela mesma. Em todo o processo de trabalho na sociedade capitalista os trabalhadores são explorados, sendo extraído deles a mais valia. Nisso consiste o sistema capitalista, na exploração de uma classe sobre a outra, na exploração da burguesia sobre o proletariado. Todo trabalhador inserido nessa sociedade é explorado, tendo ele consciência desse processo, ou não. Há uma tendência a alienação dos trabalhadores enquanto classe, onde os mesmos não se enxergam no outro quando as atividades exercidas provocam nele a sensação de superação dessa exploração.

Antunes (2009) defende a ideia de que cada vez mais a sociedade capitalista necessita diversificar as formas de trabalho com a finalidade de obtenção de maiores lucros.

Ao contrário, defendo a tese de que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou part time, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista. (ANTUNES, 2009, p 119)

Uma dessas formas diversificadas do trabalho é a terceirização dos processos produtivos. No Brasil a terceirização dos processos, que deu início nos anos 1990, permitia que as empresas terceirizassem as atividades- meio, ou seja, as atividades-fins da empresa eram realizadas por elas mesmas. Utilizando a exemplo a Petrobras, empresa Nacional de Petróleo, suas atividades meio, como os serviços de limpeza, de informática, de alimentação, de embarque de trabalhadores em plataformas, etc, podem ser realizadas por empresas contratadas, já que sua finalidade é a extração e produção de petróleo. Porém em março do ano passado, foi aprovada a nova lei da terceirização, a Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, lei que prevê a terceirização das atividades- fins, ou seja, todo o processo produtivo da empresa poderá ser terceirizado.

A terceirização do trabalho fragmenta a classe trabalhadora, gerando subempregos, más condições de trabalho, instabilidade no emprego, pressão por parte dos patrões, assédio moral, baixos salários. Esses trabalhadores terceirizados vivem em constante ameaça de desemprego, não há estabilidade nessa relação entre empregador e empregado, não há um vínculo que estabeleça a garantia de empregabilidade. Essa ameaça, também, faz com que o trabalhador se submeta a condições de trabalho as quais afetam sua vida para além do espaço sócio ocupacional. Com o exército industrial de reserva, com o aumento do número de desempregados nessa nova roupagem do capitalismo, a terceirização se faz extremamente interessante e pertinente ao capitalismo nesse momento vivenciado por esses avanços neoliberais junto aos avanços do sistema capitalista. Os altos números de desemprego articulado com a precarização, e aqui falamos mais especificamente sobre a terceirização do trabalho, se movimentam de maneira a explorar a força do homem para além do ambiente de trabalho.

A classe trabalhadora é fragmentada à medida que sua articulação e reivindicações junto aos movimentos sindicais são ameaçadas pela instabilidade de seus empregos. Para as empresas, a terceirização significa redução de custos e aumento de lucros, pois esses trabalhadores não possuem vínculos empregatícios com as empresas contratantes, o que desresponsabiliza a empresa da prestação de direitos trabalhistas aos contratados. A lei da terceirização demonstra um retrocesso

aos direitos trabalhistas conquistados através de muitas lutas que culminaram na Constituição Federal de 1988.

Falar sobre terceirização é falar sobre trabalhadores que vendem sua força de trabalho por salários menores, que vivem em constante ameaça do desemprego, que vivem em ambientes hostis, sob pressão dos empregadores. Dessa maneira é importante falar sobre a saúde desses trabalhadores, que fica comprometida tanto no espaço ocupacional quanto na vida cotidiana, no espaço da vida privada.

Para que as empresas sejam beneficiadas com o processo de terceirização, ela precisa se tornar uma empresa enxuta para lucrar mais. Isso significa que é necessário ter trabalhadores flexíveis com direitos flexíveis. Quando o mercado econômico está aquecido, as empresas ampliam seus quadros de funcionários e quando o mercado recua, esse quadro de trabalhadores também é reduzido. Para as empresas isso significa redução de custos, para os trabalhadores isso significa instabilidade, insegurança, incertezas.

Em resumo, a flexibilidade deve ser alcançada em todas as esferas e dimensões da acumulação: flexibilidade espacial, com a derrubada das restrições de entrada e saída, de capitais e mercadorias, nos diversos países e regiões; flexibilidade temporal, com a criação de novos e impressionantes meios de comunicação e de produção de informações; flexibilidade produtiva, das máquinas, equipamentos e da mão-de-obra, de acordo com as flutuações quantitativas e qualitativas da demanda; flexibilidade financeira e de comercialização; flexibilidade no uso e na contratação e dispensa de mão-de-obra, com total desregulamentação do mercado de trabalho, de acordo também com as variações da demanda; e flexibilidade da jornada de trabalho e da remuneração dos trabalhadores. Enfim, para o capital, total liberdade de movimento, contratação e exploração da força de trabalho. (FILGUEIRAS, 2001, p 283)

Conforme Filgueiras (2001), a flexibilização, funcional ao capitalismo, deve ser alcançada em diversos aspectos da acumulação. Quando falamos de acumulação, falamos de acumulação e concentração de riquezas por parte de determinado grupo social. Logo, a flexibilização serve a classe dominante, pois através dela os trabalhadores têm seus direitos reduzidos e a exploração da força de trabalho é acentuada enquanto aos empregadores resulta na redução de custos para as empresas, o que por consequência aumenta os lucros.

2.1 A GLOBALIZAÇÃO E OS AVANÇOS NEOLIBERAIS NO BRASIL

A globalização, apropriada pelo capitalismo, é perversa. Através dela o mundo capitalista pôde se articular de maneira universal, transcorrendo territórios que antes eram organizados política e economicamente de maneira micro, respeitando e criando suas regras locais. Não que dessa maneira não houvesse a exploração da mais valia por parte dos empregadores, porém com a globalização, o capitalismo encontrou novas formas de internacionalizar seus processos de exploração.

Havia, com o imperialismo, diversos motores, cada qual com sua força e alcance próprios: o motor francês, o motor inglês, o motor alemão, o motor português, o belga, o espanhol etc., que eram todos motores do capitalismo, mas empurravam as máquinas e os homens segundo ritmos diferentes, modalidades diferentes, combinações diferentes. Hoje haveria um motor único que é, exatamente, a mencionada mais-valia universal. (SANTOS, 2006, p 13)

Com a globalização, as condições técnicas e científicas, jamais vistas antes na história humana, seriam capazes de criar um mundo mais humanamente digno e justo. Porém estamos falando de uma globalização onde as grandes empresas, grandes industriais e grandes capitalistas se expropriaram dessas condições para criar uma globalização perversa frente as condições sociais e laborativas mundiais. A globalização de informações, a globalização política e econômica, um boom mundial para que distintas culturas, linguagens e formas organizativas de viver socialmente se tornaram um grande motor único, como chama Santos (2000). Esse motor único dispôs de um sistema unificado, de uma mais valia globalizada, onde nos modelos anteriores cada nação possuía seu próprio motor, seu próprio ritmo.

Esse motor único se tornou possível porque nos encontramos em um novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. (SANTOS, 2006, p 14).

O consenso de Washington, uma recomendação internacional que emergiu da reunião organizada pelo Instituto Internacional de Economia, que aconteceu em 1989 nos Estados Unidos, propôs reformas para que os países da América Latina retomassem o crescimento e desenvolvimento, combatendo a miséria dos países subdesenvolvidos, em especial os latinos americanos.

As reformas propostas pelo consenso apontavam para o ajuste fiscal que envolvia mudanças no sistema tributário como a redução de impostos para as empresas, o que iria proporcionar maiores lucros para as mesmas; a abertura comercial, com a redução de tarifas alfandegárias, o que também iria proporcionar maiores lucros com a importação e exportação de mercadorias; privatização das estatais, reduzindo a participação do Estado na economia; redução fiscal do Estado, o que envolvia a redução de gastos estatais. Ou seja, a saída para a crise era liberar e privatizar a economia nos países subdesenvolvidos. Alguns diziam que a tal reunião jamais havia acontecido, para outros não havia a necessidade de preocupação, visto que a reunião não possuía caráter deliberativo.

O fato é que a reunião existiu e suas avaliações e conclusões evidenciam o seu caráter neoliberal. As recomendações feitas abrangem dez áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual. (CARCANHOLO, 1998, p 25)

Colocado em prática, as recomendações do consenso de Washington intensificaram a crise com as privatizações e a redução dos serviços estatais. O neoliberalismo ganhando força e espaço na América Latina.

A partir da década de 1990 o neoliberalismo entra no Brasil, com o governo de Fernando Collor. Chamada a “Era Liberal”, tal período se caracterizou com a abertura da economia e com as privatizações.

Esse processo, que culminou com a afirmação do projeto político neoliberal e a construção de um novo modelo econômico, redefiniu as relações políticas entre as classes e frações de classes que constituíam a sociedade brasileira. (FILGUEIRAS, s/a, p, 183)

Entre os países da América Latina, o neoliberalismo chegou tardiamente no Brasil. Isso ocorreu devido aos movimentos sociais, aos movimentos dos trabalhadores na década de 1980, como por exemplo, a constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme Filgueiras (s/d) Diante do cenário de fortes lutas, o projeto neoliberal foi absorvido, conforme Figueiras, pelas frações do capital,

que diante do medo de perder poder econômico e social para os movimentos sociais, tornam o projeto neoliberal concreto no país. Dessa forma, segundo o autor:

No entanto, a mobilização política dos trabalhadores, ultrapassando os limites do economicismo –cuja expressão maior foi a construção de um partido político de massa–, ao ameaçar o poder das classes dominantes, porém não conseguindo tornar hegemônico seu projeto nacional, democrático e popular, acabou possibilitando, em determinado momento (a partir da eleição de Fernando Collor em 1989), à unificação das diversas frações do capital em torno do projeto neoliberal, mesmo com idas e vindas, contradições e disputas internas, em virtude do temor das mesmas de perderem o controle político da sociedade. (Filgueiras s/a, p 181)

As mudanças na maneira organizacional e econômica transformaram também o papel do Estado, juntamente com os avanços neoliberais.

À época para Marx e Engels o Estado, funcional ao capitalismo, servindo a classe dominante, a burguesia, enquanto sua principal função seria o bem comum, pensando na coletividade e bem-estar coletivo. O Estado passa a mediar os conflitos entre as classes, mas não com a intenção de romper com a dominação de classe, mas com a intenção de mediar tais conflitos afim de manter a ordem social. “...o que levou Marx e Engels a caracterizarem o Estado como comitê de classe da burguesia...” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p 54)

Começa a ocorrer o deslocamento do problema da desigualdade e da exploração como questão social, a ser tratada no âmbito estatal e pelo direito formal, que discute a igualdade de oportunidades, em detrimento da igualdade de condições. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p 55)

Ao mesmo tempo em que as desigualdades passam a ser tratadas pelo Estado há também uma redução do papel do Estado.

Behring e Boschetti (2011) sintetizam alguns elementos para a compreensão do que significa o liberalismo assim como para entendermos a redução do papel do Estado no âmbito social. Os elementos são o predomínio do individualismo, o bem-estar individual maximiza o bem-estar coletivo, predomínio da liberdade e competitividade, naturalização da miséria, predomínio da lei da necessidade, manutenção de um Estado mínimo, as políticas sociais enquanto estimuladores do ócio e do desperdício e a visão da política social como um paliativo.

A partir desses elementos, podemos perceber que o liberalismo colocou o sujeito como responsável pelas suas condições materiais. Quando falamos que o Estado deve ser mínimo para os direitos, estamos falando que para alguma classe ele vai atuar como o seu potencial máximo. E ora, se o Estado reduz investimentos no setor público, prega a falácia da liberdade econômica e do livre mercado, naturaliza as mazelas e o pauperismo pregando as políticas públicas como incentivadoras da vagabundagem, para quem esse Estado governa?

Bem, em uma sociedade capitalista, dividida por classes, com interesses não apenas diferentes, mas antagônicos, a burguesia é favorecida, podemos concluir que a classe operária, os trabalhadores são os mais impactados pelos avanços da retirada de direitos sociais, pela redução dos investimentos públicos e com a redução do papel do Estado.

O papel do Estado é repensado de maneira a ser funcional ao capitalismo e a esse novo movimento da sociedade, a globalização, que leva a fragilizar a classe trabalhadora e seu caráter historicamente estruturado de organização coletiva via sindicatos e partidos de massa. A globalização, assim como a terceirização, divide a classe trabalhadora, dificultando a articulação da mesma enquanto classe organizada.

Os avanços neoliberais, invadindo os territórios, territórios esses que segundo Santos são espaços que representam a matriz da vida social econômica e política, dividem mais pobreza para os pobres e concentram a riqueza para os ricos.

As grandes empresas fazem a transferência da mão de obra da produção de suas mercadorias, ou parte dessa produção, para países onde não há limites para a exploração dessa mão de obra, há então uma desorganização dos territórios, econômica e moralmente. A globalização, com seus acordos internacionais, permite com que uma empresa nos Estados Unidos produza mercadorias com mão de obra da China por exemplo, barateando o valor de produção, aumentando a mais valia. O trabalhador explorado na China para que essa mercadoria seja produzida e vendida nos Estados Unidos recebe salário muito inferior ao que sua força de trabalho produz, ao que ela representa para a empresa. Há multinacionais que produzem suas mercadorias finais com mão de obra de distintos países e territórios.

Os grandes impactos da globalização para o mundo do trabalho podem ser vistos tanto nos países que terceirizam a mão de obra na produção quanto para os trabalhadores nacionais. Os impactos podem ser vistos no aumento da exploração da força de trabalho nos países cuja legislação trabalhista é praticamente inexistente, ou que existe de formas distintas aos países compradores dessa força de trabalho, aumento do desemprego nacional, aumento da pobreza, aumento das desigualdades sociais. A globalização contribui para o aumento do trabalho e para a redução dos direitos sociais.

A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política. (SANTOS, 2006, p 12)

A globalização econômica intensifica o processo de precarização do trabalho, pois ela torna universal a lógica neoliberal e o modo de produção flexível assim como o papel do Estado e sua funcionalidade, levando a terceirização e precarização do trabalho vivo e suas condições.

CAPITULO 3: OS IMPACTOS DA TERCEIRIZAÇÃO NA VIDA DOS TRABALHADORES

Vejamos, apesar das políticas neoliberais se instaurarem no Brasil a partir da década de 90, em 1967 já havia indícios da retirada de direitos dos trabalhadores, com o decreto que inicia a terceirização do trabalho no país através dos contratos de trabalho temporários.

O Decreto 200/1967 em seu 10º Art., no parágrafo 7º, que iniciou a terceirização no Brasil, teve o seguinte texto:

§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução. (BRASIL, 1967)

Os contratos temporários foram as primeiras iniciativas para a terceirização do trabalho no Brasil. Eles possuíam caráter temporário de execução indireta à administração pública. Os seja, os primeiros contratos temporários eram para atender as necessidades do setor público, da administração do Estado. As empresas contratantes possuíam corresponsabilidade com os trabalhadores terceirizados. Em caso de falência da empresa terceirizada, a empresa contratante era responsável por cumprir os direitos trabalhistas frente aos trabalhadores. Os trabalhos temporários tinham o prazo máximo de 3 meses, 90 dias.

Os trabalhadores em contratos temporários não possuem os mesmos direitos que os trabalhadores em regime de contrato por tempo indeterminado. Para além da precarização vista nas diferenças entre os trabalhadores das contratantes e das contratadas se acentua as diferenças entre os próprios trabalhadores das contratadas, como nos casos dos trabalhadores temporários e os trabalhadores terceirizados contratados por tempo indeterminado. Sobre essas diferenças podemos citar as seguintes: os trabalhadores temporários não possuem direito a multa de 40% em caso de rescisão de contrato assim como não possuem direito ao FGTS e aviso prévio. O que fragmenta mais ainda a classe trabalhadoras em seus direitos sociais.

Lei 13.429 de Março de 2017

A lei 13.429/2017 dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

O Projeto de Lei 4.302/1998, aprovado na Câmara dos Deputados em 2017, inicialmente se tratava da ampliação do Contrato de Trabalho Temporário. Tal projeto, de 1998, foi arquivado em 2008 e aprovado em 2017 pela Câmara e sancionado pelo então presidente Michel Temer. A nova Lei altera o prazo de duração do trabalho temporário de 90 para 180 dias, podendo ser estendido por mais 90 dias. Ela também altera a definição de trabalho temporário:

Art. 2º Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física contratada por uma empresa de trabalho temporário que a coloca à disposição de uma empresa tomadora de serviços, para atender à necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços. (BRASIL, 2017)

Harvey (1992) aponta uma tendência no mundo do trabalho sobre os trabalhadores flexíveis:

A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins. (HARVEY,1992, p 144)

Na ótica liberal, a terceirização é um fator importante na redução de custos com pessoal em uma empresa. A empresa contratante fica desobrigada em cumprir os direitos trabalhistas junto aos trabalhadores, que ficam a cargo da empresa contratada responder pelos mesmos. Ou seja, os trabalhadores podem ser substituídos facilmente por outros trabalhadores o que torna a vida desses trabalhadores permeada por incertezas e instabilidade.

Conforme Giovani Alves:

Além da contratação assalariada, elementos da precarização do trabalho atingem a jornada de trabalho. Aliás, sob a década neoliberal, a delimitação da jornada de trabalho tornou-se um campo de luta. A pressão por horas extras – muitas delas, não pagas – e a extensão do tempo de trabalho

consumindo o tempo de vida pessoal-familiar tornou-se uma das preocupações candentes dos trabalhadores assalariados da indústria, serviços e comércio. (ALVES, 2009, p 195)

A luta pelo trabalho e pela jornada de trabalho torna-se um campo de lutas, onde os trabalhadores, para garantir o mínimo de direitos trabalhistas, precisam juntamente com os sindicatos, reivindicarem seus direitos. Com a terceirização, essas lutas são enfraquecidas diante da dificuldade da articulação sindical.

Os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, que antes eram contratados diretamente pelas empresas, com a terceirização passaram a ser contratados por uma segunda, ou terceira, empresa na qual terceiriza os trabalhos que a empresa contratante necessita. Nesse processo, há uma tendência a prejudicar a qualidade dos produtos assim como a qualidade dos serviços. Essa tendência pode ser explicada tendo em vista que as mercadorias e os serviços, são produzidos com custo reduzido, tendo como finalidade o aumento dos lucros. Além da redução dos custos na produção, o que envolve utilização de matéria-prima de custo menor, superexploração da força de trabalho, podemos observar os índices de acidentes de trabalho, que são maiores para os trabalhadores terceirizados em relação aos demais trabalhadores efetivados. Esse novo modelo de organização do trabalho tem como a base a flexibilização do trabalho, onde o trabalho terceirizado se encontra.

A "acumulação flexível" (Harvey, 1992) identifica uma nova fase do desenvolvimento capitalista, marcada pela hegemonia da lógica financeira, que subsume a lógica produtiva do capital. No âmbito das políticas de gestão do trabalho, isso implica na implementação de mudanças inspiradas no toyotismo, cujo objetivo principal é a racionalização do uso da força de trabalho, visando ganhos de produtividade e redução de custos, que tem na flexibilização, em suas várias modalidades, a sustentação básica. (DRUCK, 2008, p 97)

A partir desse novo modelo organizativo, a exploração da força de trabalho fica evidenciada de maneira mais ativa, exploração intensa e a flexibilização do mercado e também do próprio trabalhador.

Com a globalização e com a terceirização dos processos de trabalho, há um processo contraditório entre a expansão de determinados setores e a retração em outros.

Tais tendências estão associadas a um mercado de trabalho que se redefine, como afirma Antunes (1998) por meio de uma processualidade contraditória, passando a caracterizar-se por retração do setor industrial e fabril, expansão do setor terciário e aumento considerável nos níveis de desemprego e trabalho precário, o que vem acentuando ainda mais a exploração. (SANTOS, 2005, p 74)

O capitalismo, como falado anteriormente, tem em sua essência a acumulação de lucros e ele o faz através da exploração da força de trabalho. O modelo societário vigente sempre explorou a força de trabalho do homem em prol de concentração e acumulação de riquezas, desde o surgimento do trabalho na sociedade capitalista. Porém com a terceirização, essa exploração passa por um processo de intensificação da exploração e das condições de trabalho.

O mesmo se pode afirmar em relação ao processo de precarização do trabalho, pois, embora compartilhando a tese de que sempre houve trabalho precário no capitalismo, na contemporaneidade as recentes metamorfoses do trabalho (Antunes, 1995) metamorfosearam também a precariedade, que passa a ter um lugar estratégico e central na lógica da dominação capitalista, deixando de ser algo residual ou periférico, para se institucionalizar em todas as regiões do mundo, tantos nos países desenvolvidos e centrais, como em países como o Brasil. (DRUCK, 2008 p 98)

As transformações do mundo do trabalho, com os avanços da tecnologia, o detrimento do trabalho fabril, transformaram também os trabalhadores. Que segundo Antunes qualificou determinados setores e desqualificou outros.

Há, portanto, mutações no universo da classe trabalhadora, que varia de um ramo para ramo, de setor para setor etc. Desqualificou-se em vários ramos, diminuiu em outros, como no mineiro, metalúrgico e construção naval, praticamente desapareceu em setores que foram inteiramente informatizados, como nos gráficos, e requalificou-se em outros, como na siderurgia, onde se pode presenciar “a formação de um segmento particular de ‘operários-técnicos’ de alta responsabilidade, portadores de características profissionais e referências culturais sensivelmente diversas do restante do pessoal operário...”(ANTUNES,1997 p 52)

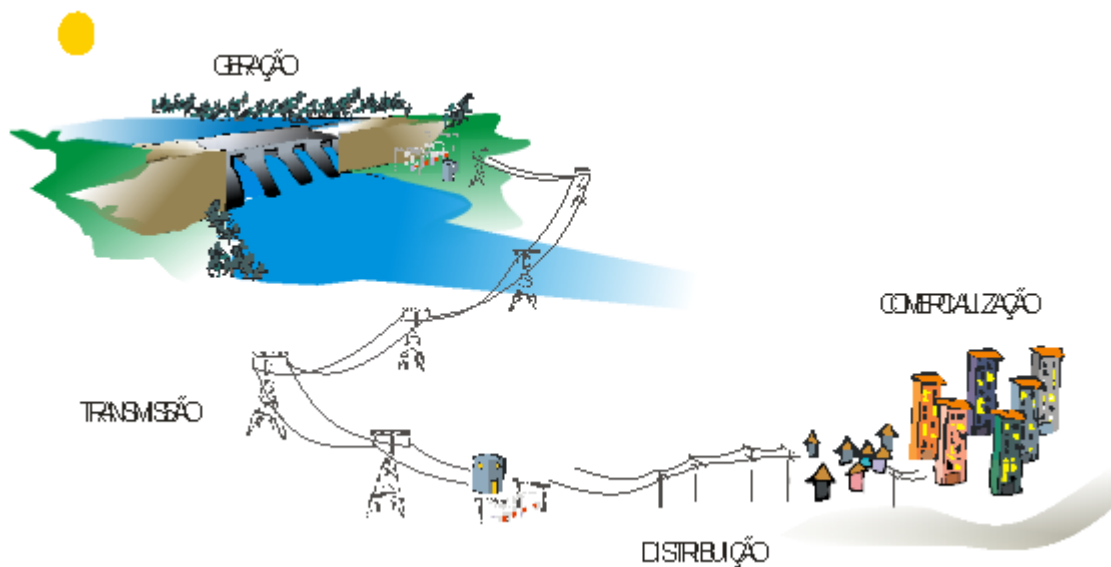
3.1 O SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

Para trabalhar os conceitos da precarização do trabalho no Brasil a partir da terceirização do trabalho, foram utilizadas pesquisas e estudos realizados pelo

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que trazem dados estatísticos que mostram como o trabalho terceirizado se expressa dentro do setor elétrico através de alta rotatividade, remuneração menores, maiores acidentes com óbito entre os terceirizados.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), “A energia elétrica é um insumo essencial à sociedade, indispensável ao desenvolvimento socioeconômico das nações.”

O setor elétrico possui segmentos distintos, sendo separados por grupos, desde a geração de energia até a sua comercialização e chegada aos consumidores finais. A energia produzida pelas geradoras é transmitida pelas transportadoras até os centros consumidores para então serem distribuídas ao consumidor final, às residências, indústrias, etc.



Fonte da imagem: ANEEL

A partir da década de 1990, as empresas do setor elétrico foram inseridas no Programa Nacional de Desestatização (PND), ou seja, no programa neoliberal de privatização das empresas estatais.

Apesar das pesquisas e estudos serem de anos anteriores, vale ressaltar o Decreto nº 8.893 de 1º de novembro de 2016, que colocou à venda as principais distribuidoras de energia do país: Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (AM), Boa Vista Energia S.A. (RR), Companhia de Eletricidade do Acre (AC), Companhia

Energética de Alagoas (AL), Companhia de Energia do Piauí (PI) e as Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (RO). A DIEESE, em sua nota técnica¹⁷³ de março de 2017, ressaltou dois pontos importantes sobre o programa de privatização das distribuidoras brasileiras. O primeiro ponto no que diz ao que a sociedade pensa e qual seu posicionamento em relação à privatização, visto que o programa não menciona audiências públicas nem e nenhum tipo de consulta pública. Bem, estão privatizando serviços essenciais para a sociedade sem que a mesma seja consultada a respeito da proposta.

Um segundo ponto levantado pelo DIEESE é sobre os trabalhadores das empresas estatais dessas distribuidoras que foram colocadas à venda. No programa também não menciona sobre esses trabalhadores, se os mesmos foram consultados, qual o posicionamento deles ou tão pouco sobre suas projeções de carreira.

Os trabalhadores também têm sofrido com os desdobramentos do processo de privatização, via redução no número de empregos formais e a precarização das condições de trabalho. No mesmo período, foram registradas 449 mortes decorrentes de acidentes com trabalhadores: 69 de trabalhadores do quadro próprio e 389 de terceirizados. Se somadas todas as mortes na rede elétrica, chega-se a um total de 2.561 morte em sete anos - uma morte por dia, em média. (DIEESE, 2005, p 13)

Os estudos mostram que as empresas têm utilizado a terceirização e a precarização das condições de trabalho para obtenção de lucros, aumento as tarifas e reduzindo custo com os trabalhadores. Para os trabalhadores, além das condições precárias, resultam em grandes números de acidentes envolvendo trabalhadores do setor elétrico.

A tabela 1 apresenta dados do Dieese sobre o setor elétrico brasileiro. O estudo foi publicado em março de 2010 em Estudos e Pesquisas, Nº 50.

Tabela 1
Composição da força de trabalho do setor elétrico brasileiro
2003 a 2008

Ano	Trabalhadores Próprios	Trabalhadores Terceirizados	Força de Trabalho
2003	97.399	39.649	137.048
2004	96.579	76.972	173.551
2005	97.991	89.238	187.229
2006	101.105	110.871	211.976
2007	103.672	112.068	215.735
2008	101.451	126.333	227.784

Fonte: Fundação Coge, Relatório de Estatísticas de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro 2006 a 2008
Elaboração: DIEESE. Subseção Sindieletró-MG

No momento da pesquisa do Dieese, realizada no ano de 2008, pode-se perceber que mais da metade da força de trabalho era composta por trabalhadores terceirizados, o que mostra a precarização do trabalho no setor, conforme a tabela 1.

A tabela 2 mostra o índice de terceirização das empresas de acordo com suas atividades. No setor elétrico, vale ressaltar que há empresas responsáveis pela geração, distribuição, transmissão entre outras atividades relacionadas à energia elétrica. Da mesma maneira que foi observado na tabela 1, pode-se observar na tabela 2 que mais de 50% dos trabalhadores são trabalhadores terceirizados.

Tabela 2
Índice de terceirização da força de trabalho das empresas que apresentaram dados de trabalhadores terceirizados, por atividade do setor elétrico – 2006 a 2008

BRASIL E REGIÕES	Nível de Terceirização da Força de Trabalho		
	Setor Elétrico Brasileiro		
	2006	2007	2008
TOTAL BRASIL	54,8%	54,2%	58,3%
EMPRESAS			
Distribuidoras	57,5%	57,1%	59,9%
Geradoras, Transmissoras e Outras	44,2%	34,8%	52,6%
TOTAL NORTE	56,2%	58,7%	57,4%
EMPRESAS			
Distribuidoras	60,7%	62,4%	57,4%
Geradoras, Transmissoras e Outras	24,3%	31,4%	-
TOTAL NORDESTE	70,5%	70,8%	72,3%
EMPRESAS			
Distribuidoras	70,5%	70,8%	72,3%
Geradoras, Transmissoras e Outras	-	-	-
TOTAL SUDESTE	54,6%	52,0%	55,6%
EMPRESAS			
Distribuidoras	58,1%	56,0%	57,4%
Geradoras, Transmissoras e Outras	45,3%	41,6%	51,4%
TOTAL SUL	41,3%	40,1%	47,2%
EMPRESAS			
Distribuidoras	38,6%	36,3%	43,9%
Geradoras, Transmissoras e Outras	50,4%	53,3%	56,7%
TOTAL CENTRO-OESTE	51,9%	50,6%	58,9%
EMPRESAS			
Distribuidoras	57,4%	57,2%	62,2%
Geradoras, Transmissoras e Outras	32,0%	33,1%	52,4%

Fonte: Fundação Coge. Estatísticas de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro. Relatórios 2006 a 2008
 Elaboração: Subseção DIEESE Sindieletró-MG

De acordo com o estudo, no meado dos anos 90 pode-se perceber a redução no quadro de trabalhadores do setor elétrico, justamente quando a terceirização se intensifica no setor. A redução do quadro de trabalhadores do setor elétrico e o aumento dos trabalhadores terceirizados é justificado pelo fato dos trabalhadores terceirizados não estarem ligados a empresas cujas as atividades principais sejam do setor elétrico. Ou seja, uma empresa que oferece os serviços de profissionais do setor elétrico pode não prestar exclusivamente esse tipo de serviço, sua atividade principal pode ser uma outra atividade sem estar relacionada ao setor elétrico.

O número maior de acidentes nos quais envolvem os trabalhadores terceirizados estão ligados ao processo de aumento da força de trabalho nessa condição, ou seja, aumenta o quadro de trabalhadores terceirizados logo aumenta também a probabilidade de acidentes com esses mesmos trabalhadores. Porém há

um outro agravante no que diz respeito a segurança desses trabalhadores, visto que as empresas contratantes possuem corresponsabilidade com os trabalhadores, porém a responsabilidade principal é das empresas contratadas, com as quais os trabalhadores possuem vínculos empregatício.

A tabela a seguir mostra em números a quantidade de acidentes que tiveram como consequência o óbito dos trabalhadores do setor elétrico. Ela se divide entre trabalhadores próprios das empresas elétricas, os trabalhadores terceirizados os quais prestam serviço para as empresas elétricas e os acidentes totais da força de trabalho como um todo.

Em 2006, segundo o relatório da Fundação Coge, sobre Estatística de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro, foram registrados 93 acidentes fatais. Desses acidentes fatais, 74 foram com trabalhadores terceirizados e 19 com trabalhadores do quadro de funcionários próprios das empresas contratantes.

Em 2007 foram registrados 71 acidentes fatais, dentre eles, 59 com trabalhadores terceirizados e 12 com trabalhadores do quadro de funcionários próprios das empresas contratantes.

Em 2008 foram registrados 75 acidentes fatais, dentre eles, 60 com trabalhadores terceirizados e 15 com trabalhadores do quadro próprio de funcionários das empresas contratantes.

Tabela 6
Acidentes fatais do trabalho e taxa de mortalidade por segmento da força de trabalho, região e atividade da empresa – 2006 a 2008

BRASIL E REGIÕES	Acidentes Fatais Típicos									Taxa de Mortalidade								
	Próprios			Terceirizados			Força de Trabalho			Próprios			Terceirizados			Força de Trabalho		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
TOTAL BRASIL	19	12	15	74	59	60	93	71	75	18,8	11,6	14,8	66,7	52,6	47,5	43,9	32,9	32,9
EMPRESAS																		
Distribuidoras	19	11	15	70	56	57	89	67	72	27,1	15,5	20,8	75,4	60,2	56,9	54,7	40,9	41,8
Geradoras, Transmissoras e Outras	0	1	0	4	3	3	4	4	3	0,0	3,1	0,0	22,2	17,5	13,0	8,1	8,1	5,7
TOTAL NORTE	2	2	3	13	8	9	15	10	12	35,0	32,2	47,7	177,0	90,4	106,1	114,8	66,4	81,2
EMPRESAS																		
Distribuidoras	2	2	3	13	8	9	15	10	12	44,5	40,0	47,7	187,1	96,5	106,1	131,1	75,3	81,2
Geradoras, Transmissoras e Outras	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
TOTAL NORDESTE	4	2	0	19	9	16	23	11	16	23,0	10,7	0,0	75,3	30,8	49,7	54,0	22,9	31,3
EMPRESAS																		
Distribuidoras	4	2	0	19	9	16	23	11	16	33,6	15,3	0,0	75,3	30,8	49,7	61,9	26,0	35,1
Geradoras, Transmissoras e Outras	0	0	0	-	-	-	0	0	0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	0,0	0,0
TOTAL SUDESTE	6	4	3	21	17	18	27	21	21	13,1	8,6	6,8	39,2	35,0	33,6	27,1	22,1	21,5
EMPRESAS																		
Distribuidoras	6	4	3	20	16	16	26	20	19	20,1	13,5	10,3	48,4	42,3	40,7	36,5	29,6	27,8
Geradoras, Transmissoras e Outras	0	0	0	1	1	2	1	1	2	0,0	0,0	0,0	8,2	9,3	14,0	3,5	3,7	6,8
TOTAL SUL	5	2	6	9	14	8	14	16	14	21,4	9,0	26,7	58,6	100,9	51,9	36,2	44,3	36,9
EMPRESAS																		
Distribuidoras	5	2	6	8	13	7	13	15	13	28,3	11,7	34,7	71,8	133,0	65,9	45,1	55,7	46,6
Geradoras, Transmissoras e Outras	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0,0	0,0	0,0	23,8	24,4	20,9	10,1	10,8	10,0
TOTAL CENTRO-OESTE	2	2	3	12	11	9	14	13	12	22,9	21,6	31,5	127,4	115,7	66,1	77,2	69,2	51,9
EMPRESAS																		
Distribuidoras	2	1	3	10	10	9	12	11	12	32,9	17,1	51,7	122,3	127,8	94,2	84,2	80,4	78,1
Geradoras, Transmissoras e Outras	0	1	0	2	1	0	2	2	0	0,0	29,3	0,0	160,8	59,3	0,0	51,5	39,2	0,0

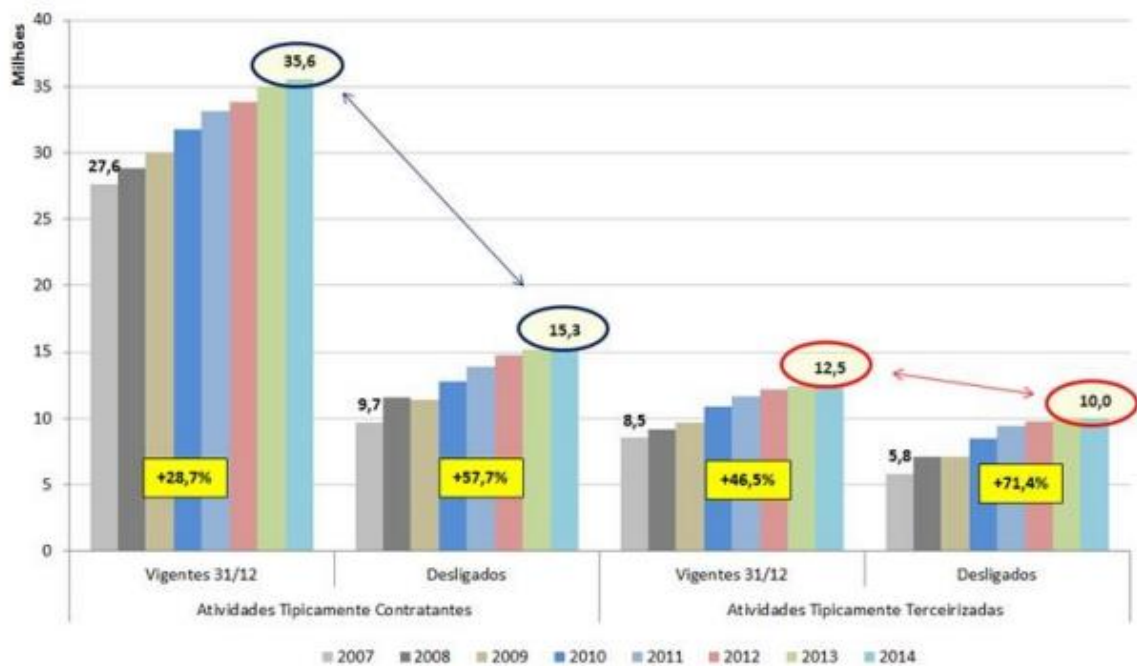
Fonte: Fundação Coge. Estatísticas de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro, Relatórios 2006, 2007 e 2008

Elaboração: DIEESE. Subseção Sindieletró-MG

Os gráficos a seguir apresentam dados do Dieese, sobre a terceirização e precarização das condições de trabalho. O estudo foi publicado em março de 2017 em Notas Técnicas, Nº 172. O estudo teve como finalidade identificar as características das condições de trabalho tanto nas atividades terceirizadas quanto nas atividades contratantes.

Através do gráfico 1, que teve como fonte de pesquisa o Ministério do Trabalho, é possível observar que entre os vínculos rompidos e ativos no final de 2014, de 100 vínculos ativos nas atividades contratantes, cerca de 40% foi rompido. Já nas atividades terceirizadas, de 100 vínculos ativos, cerca de 80% foi rompido. Esse índice mostra que nas atividades tipicamente terceirizadas a rotatividade de trabalhadores é maior do que nas atividades contratantes

GRÁFICO 1
Evolução dos vínculos formais de emprego nas atividades tipicamente terceirizadas e tipicamente contratantes Brasil, 2007-2014 (em milhões de vínculos)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Caged; Rais

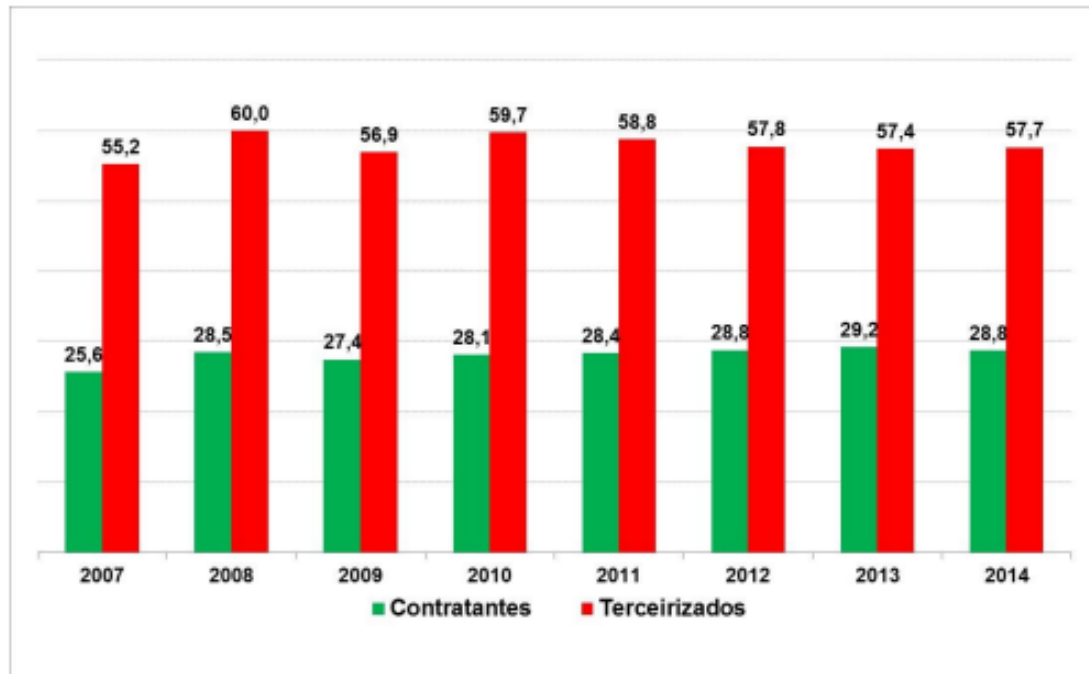
Elaboração: DIEESE. Subseção CUT Nacional

Nota: (*) Informação com saldo do Caged de janeiro a dezembro de 2015 (extração 27/04/2016). Incluídas declarações fora do prazo

Obs.: Não inclui a agropecuária

Os vínculos de trabalho terceirizado possuem uma alta rotatividade, o que pressiona o trabalhador a se submeter à trabalhos precários, em condições insalubres, com baixas remuneração. Os gráficos 2 e 3 apresentam o estudo feito sobre a alta rotatividade dos vínculos e o tempo médio desses vínculos.

GRÁFICO 2
Taxa de rotatividade descontada em atividades tipicamente terceirizadas e tipicamente contratantes
Brasil - 2007-2014 (em %)

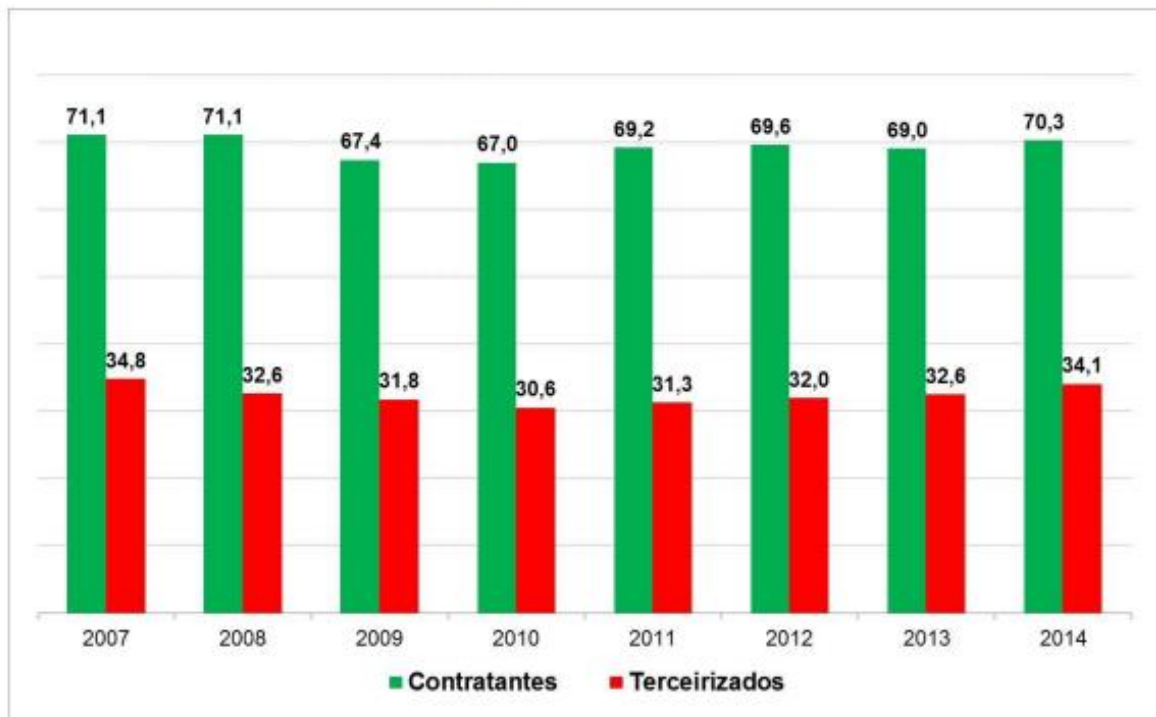


Fonte: MTb. Rais

Elaboração: DIEESE. Subseção CUT Nacional

Obs.: Exceto desligamentos a pedido do trabalhador, falecimentos, transferências e aposentadorias

GRÁFICO 3
Tempo médio de duração dos vínculos formais de emprego nas atividades
tipicamente terceirizadas e tipicamente contratantes
Brasil, 2007-2014 (em meses)



Fonte: MTb. Rais

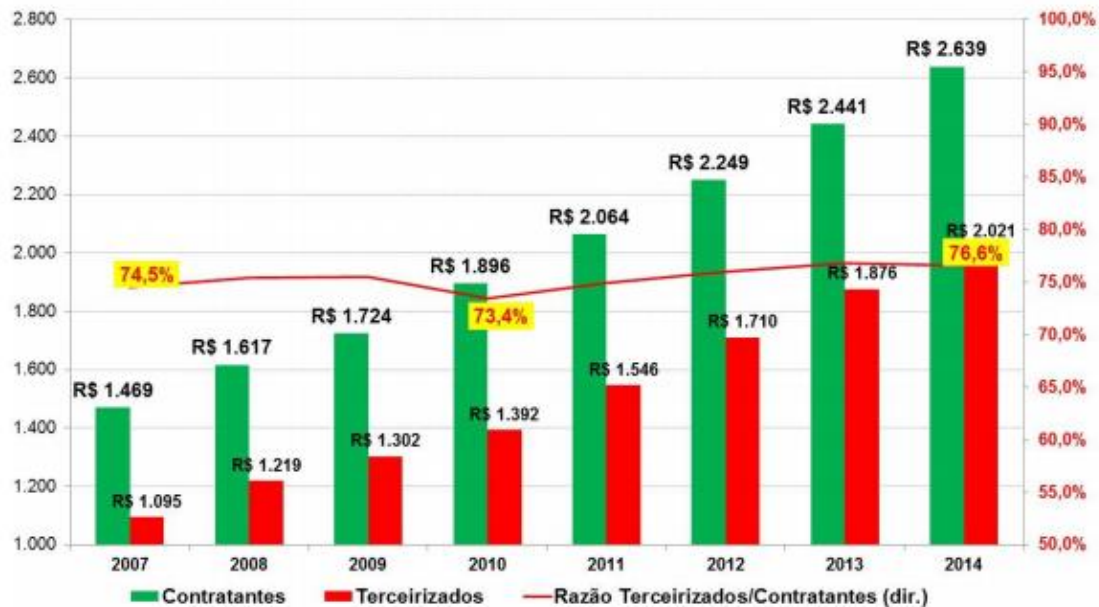
Elaboração: DIEESE. Subseção CUT Nacional

Obs.: Inclui apenas vínculos ativos

A precarização do trabalho se expressa por via da terceirização através dos vínculos trabalhistas de tempo menores que os vínculos dos trabalhadores das atividades contratantes assim como sua rotatividade também se apresenta de maneira mais alta. Esses vínculos temporários dos quais não trazem estabilidade para o trabalhador, causa profundos impactos na sua vida cotidiana. Impactos dos quais interferem na sua qualidade de vida, na sua saúde, na sua família, em seus relacionamentos pessoais e corporativos.

Sobre a menor remuneração dos trabalhadores terceirizados em relação aos trabalhadores das contratantes o estudo nos mostra que há maior concentração de vínculos com baixa remuneração média nas atividades terceirizadas, conforme o gráfico 4.

GRÁFICO 4
Remuneração nominal média dos vínculos formais de emprego segundo atividades
tipicamente terceirizadas e tipicamente contratantes
Brasil, 2007-2014 (Em R\$ e %)



Fonte: MTb. Rais

Elaboração: DIEESE. Subseção CUT Nacional

Os estudos do Dieese nos mostram que estamos diante de trabalhadores que são submetidos aos baixos salários, com altos índices de rotatividade dos quais seus vínculos são precários.

Diante do exposto durante toda a pesquisa e estudos realizados, qual seria a saída mais viável para que a classe trabalhadora tenha seus direitos já conquistados respeitados e para que os direitos sociais e trabalhistas avancem?

Segundo Nogueira:

Somente uma estratégia política que vá além dos direitos pode produzir consequências reais. Não nos basta afirmar um direito para vê-lo respeitado, nem é suficiente, por um pleito ético e moral, exigir o cumprimento dos direitos para que eles se cumpram. A estratégia precisa ser categoricamente democrática. No fundo, a discussão remete para a política: como fazer para transformar expectativas de direitos em direitos efetivos e para impedir que direitos efetivos fiquem ao léu ou regredam para a condição de expectativa? (NOGUEIRA, 2005, p 21)

Falamos do campo do trabalho enquanto área que torna concreta o suprimento de nossas necessidades concretas. Mas não podemos ignorar o fato de todas as ações em nossa vida cotidiana estar permeada pela política. Dessa maneira, Nogueira (2005) defende a ideia de que somente através de estratégias políticas, podemos ter mudanças no mundo do trabalho. Vale aqui lembrar que as mudanças que ocorreram com a reestruturação produtiva e com o liberalismo foram exatamente mudanças políticas que envolveram também a economia. De certa forma, ambas estão interligadas, tanto a política quanto a economia, que caminham juntas.

Diante da política liberal, como criar estratégias para que a política seja efetivamente mudada?

Ainda segundo Nogueira:

Para ser implementada, esta estratégia exige a construção de uma malha de grandes e pequenos poderes democráticos, com os quais seja possível processar reivindicações, garantir direitos e fazer com que direitos reivindicações sejam vividos sem produzir dilacerações comunitárias, mas, ao contrário, reforçando e dando novas qualidades às comunidades. Justamente por isso, depende também da existência de governos que governem, isto é, que sejam capazes de administrar as coisas públicas mas também saibam fixar horizontes de sentido, auxiliando as comunidades a ganhar autonomia, a construir democracia e a viver melhor. (NOGUEIRA, 2005, p 21)

A construção para o encontro de saídas, de acordo com Nogueira, está na valorização do Estado ético, voltado para pactos consistentes e coletivos capaz de estabelecer um sentido democrático para a vida social; na politização na luta pelos direitos, “que nos coloca de novo, o tempo todo, no olho do furacão, ou seja, no terreno dos conflitos, das lutas sociais..”(NOGUEIRA, 2005, p 17); nos direitos sociais, encontrando proteção e viabilidade no Estado, e não sendo tratados como mercadorias a venda no mercado, sendo discutidos como item do orçamento público; através da gestão democrática e na luta por direitos em um plano político superior ao que temos atualmente.

Considerações finais

O modo como a sociedade se organiza passou por intensas transformações ao longo da história. Com a mudança do centro da vida cotidiana do campo para a cidade, surgiram as relações mercantis baseadas em moeda de troca, as relações mercantis baseadas em troca de mercadorias por dinheiro. Desde o surgimento do capitalismo, o mesmo também teve a necessidade de se reinventar diante de crises endêmicas do próprio sistema produtivo, porém sua natureza não foi alterada. O capitalismo manteve sua essência desde sua gênese: o de gerar lucros, acumulando riqueza.

A partir dos anos 1990, com a reestruturação produtiva e com os avanços das políticas neoliberais no Brasil, a acumulação capitalista passou por modificações, visando conferir maior dinamismo ao processo produtivo que se encontrava esgotado.

Essas mudanças no modelo produtivo abriram portas para a flexibilização do trabalho e como consequência dessa flexibilização, abriu-se portas para o trabalho precarizado, ampliando os empregos informais, parciais, temporários, subcontratados e terceirizado.

O trabalho terceirizado fragmenta a classe trabalhadora na medida em que os trabalhadores já não se enxergam enquanto classe. Trabalhadores que encontram dificuldade na articulação sindical e grevistas, visto que os trabalhadores têm dificuldades de se enxergarem como parte da mesma classe. São trabalhadores contratados por salários menores, em condições precárias de trabalho, com salários menores, vivendo na incerteza de seus empregos, tendo seus direitos flexibilizados juntamente com a flexibilização da sua força de trabalho.

A função social do Estado, é modificado à medida em que ele vai se tornando funcional ao capitalismo e ao movimento de globalização econômica, que fragiliza a classe trabalhadora. A globalização, assim como a terceirização, divide a classe trabalhadora, dificultando a articulação da mesma enquanto classe organizada.

Com os avanços neoliberais no Brasil, a partir da década de 1990, deram início ao processo de privatizações no país. As empresas do setor elétrico foram inseridas no Programa Nacional de Desestatização (PND), na segunda metade da década de 1990. A privatização do setor elétrico juntamente com a terceirização do trabalho, aumento os trabalhos informais, contribuindo para o aumento do trabalho precário.

Os acidentes de trabalho com trabalhadores terceirizados no setor elétrico, que foi tomado como exemplo para esta pesquisa, são muito superiores aos trabalhadores do quadro efetivo das empresas, o que nos mostra que a terceirização abre portas para que os trabalhadores vivam em más condições de trabalho, além da baixa remuneração e diversificação.

Pensar no encontro de saídas para um caminho de amplo direito e qualidade e condições dignas de trabalho está diretamente ligada a valorização do Estado enquanto Estado garantidor de direitos, que preza pelo bem-estar coletivo, tratando direitos como próprios do Estado, assim como a proteção social à sociedade e aos trabalhadores enquanto parte da sociedade. O Estado, que hoje, na política neoliberal trata os direitos, os investimentos públicos como mercado, deixa na mão do livre mercado e dos sujeitos sociais a responsabilidade pelo seu bem-estar, culpabilizando individualmente cada sujeito pelas desigualdades produzidas e acentuadas pelo modelo econômico vigente.

Conforme Nogueira (2005) “Somente uma estratégia política que vá além dos direitos pode produzir consequências reais.” Para ele, o encontro de saídas está na democracia, com sujeitos politizados no campo dos direitos e dos conflitos sociais.

A democracia permite que os sujeitos sociais manifestem sua vontade e seu posicionamento na construção de uma sociedade mais digna e justa para todos.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: Precarização do trabalho e redundância salarial. Rev. Katálysis vol. 12, no2. Florianópolis, jul./dez. 2009.

ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica. <http://www.aneel.gov.br/>, acessado em 09/12/2018

ANTUNES, Ricardo. As metamorfoses do mundo do trabalho. In: ALVARO GOMES (Org.). O trabalho no século XXI. 1ª Ed. São Paulo, 2001.

ANTUNES, Ricardo L. C. (Ricardo Luis Coltro), Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho / Ricardo Antunes. - [2.ed., 10.reimpr. rev. e ampl.]. - São Paulo, SP : Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9ª Ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

BEHRING , Elaine Rosseti. Política Social: fundamentos e história. Eliane Rosseti Behring, Ivanete Boschetti. – 9. Ed – São Paulo: Cortez, 2011 (Biblioteca Básica de serviço social: v. 2)

BORGES, Ângela. . Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho *in* Caderno CRH 19, Salvador, BA: Editora Fator, 1993.

Brasil, Planalto http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm, acessado em 04/12/2017.

BRASIL, Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.

CARCONHOLO, Marcelo Dias; Neoliberalismo e o Consenso de Washington: A verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. In CARCONHOLO, Marcelo Dias, MALAGUTI, Manoel Luiz; CARCONHOLO, Reinaldo A. Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo. São Paulo: Cortez, 1998. (Questões de nossa época v. 65)

CLARKE, Simon. Crise do Fordismo ou Crise da Social-democracia?, Lua Nova, São Paulo, nº24, Cedec, 1991.

DIEESE. Privatização, desnacionalização e terceirização no setor elétrico no Brasil. São Paulo: DIEESE, 2015.

DIEESE. Terceirização e morte no trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro. São Paulo: DIEESE, 2010.

DIEESE. Terceirização e precarização das condições de trabalho: Condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. São Paulo: DIEESE, 2017.

DRUCK, Maria da Graça. Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho *in* Caderno do CRH, v. 19, Salvador, BA: Editora Fator, 1993.

FILGUEIRAS, Luiz. Reestruturação produtiva e emprego bancário. In: ALVARO GOMES (Org.). O trabalho no século XXI. 1ª Ed. São Paulo, 2001.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. 13ª Ed. São Paulo: Loyola, 2004.

"História do Capitalismo" em *Só História*. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2009-2018. Consultado em 10/11/2018 às 12:24. Disponível na Internet em <http://www.sohistoria.com.br/ef2/capitalismo>

IAMAMOTO, Marilda. Trabalho e indivíduo social. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LESSA, Sérgio. Centralidade do Trabalho: Qual centralidade? In: REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS, V. 15, N. 22, FLORIANÓPOLIS-SC : ED. UFSC, 2º SEM 1997.

MARX, Karl. O CAPITAL LIVRO I: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CAPITAL. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013

MENDES, Ana Magnólia, MONTEIRO, Janine Kieling e VIEIRA, Fernando de Oliveira. Trabalho & prazer: teoria, pesquisas e práticas. Curitiba: Juruá, 2015.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição / István Mészáros ; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo : Boitempo, 2011.

NAVARRO, Vera Lucia e LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas. 1.ed.. São Paulo: Outras expressões, 2013.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. O trabalho no século XXI.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. O desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado. Serviço Social e Sociedade, nº 82, Ano XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006